



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA

DO-e-ALE/RO

ANO XV

PORTO VELHO-RO, SEGUNDA-FEIRA, 28 DE SETEMBRO DE 2026

Nº 181

SUMÁRIO

TAQUIGRAFIA	Capa
SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS	4131
SECRETARIA DE FINANÇAS	4132
CONTABILIDADE	4136

TAQUIGRAFIA

8ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 20.05.2026

INÍCIO: 13h19min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

RELATOR: SR. EYDER BRASIL

MEMBROS: SR. DELEGADO CAMARGO

SR. PEDRO FERNANDES

SRA. DRA. TAÍSSA

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 8ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 20 dias do mês de maio de 2026, no plenarinho 2 da Assembleia Legislativa, com a presença on-line do Deputado Delegado Camargo; e com presença do Deputado Eyder Brasil e da Deputada Cláudia de Jesus.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da 4ª reunião, realizada no Município de Machadinho d'Oeste.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Presidente, peço a dispensa da leitura da Ata.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensada a leitura da Ata.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da 5ª reunião, realizada no Município de Jaru.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Presidente, peço a dispensa da leitura dessa Ata também.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Acatada a dispensa a leitura da Ata da 5ª reunião.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da 6ª reunião, realizada no Município de Ji-Paraná.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Peço a dispensa da leitura dessa Ata.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensa acatada da leitura da Ata da 6ª reunião.

Solicito ao Senhor Deputado Eyder Brasil que proceda à leitura da Ata da 7ª reunião, realizada em Nova Mamoré.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) – Eu peço a dispensa da leitura dessa Ata também, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Dispensa acatada.

Nós temos aqui alguns requerimentos para serem encaminhados, Deputado Eyder Brasil. Só vamos fazer a deliberação deles.

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DO LEITE. Requer ao Poder Executivo Estadual, extensivo à Casa Civil e à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia — IDARON, o encaminhamento de dados relativos ao

MESA DIRETORA

Presidente: ALEX REDANO

1º Vice-Presidente: LAERTE GOMES

2º Vice-Presidente: ROSÂNGELA DONADON

1º Secretário: ALAN QUEIROZ

2º Secretário: CÁSSIO GOIS

3º Secretário: EDEVALDO NEVES

4º Secretário: MARCELO CRUZ

SECRETARIA LEGISLATIVA

Secretaria Legislativa - Carlos Alberto Martins Manvailer
Ger. de Apoio ao Processo Legislativo - Miranilde R. do Nascimento Robles
Divisão de Publicações e Anais - Isabella Lopes de Souza Pinto

DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, INSTITUÍDO PELA RESOLUÇÃO Nº 211/2012, COMO ÓRGÃO OFICIAL DE PUBLICAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO ESTADUAL.

Avenida Farquar 2562 - Olaria
CEP 76.801-189 - Porto Velho-RO

recebimento de leite pelas unidades de beneficiamento de leite no Estado de Rondônia vinculadas ao Serviço de Inspeção Estadual — SIE.

Os deputados que são favoráveis permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. **Requerimento aprovado.**

- REQUERIMENTO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DO LEITE. Requer ao Poder Executivo Estadual, extensivo à Casa Civil e à Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia — IDARON, o encaminhamento de informações atualizadas acerca do rebanho leiteiro e da produção leiteira no Estado de Rondônia.

Os deputados favoráveis permaneçam como estão, e os contrários se manifestem. **Requerimento aprovado.**

Agradecer a presença aqui do Deputado Pedro. Seja muito bem-vindo conosco.

Nós temos mais um Requerimento aqui, Deputado Eyder Brasil, Deputado Pedro e Deputado Camargo:

"Submeto à apreciação desta Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI da Cadeia Produtiva do Leite no Estado de Rondônia, a solicitação de inclusão do Professor Otacílio Moreira de Carvalho, CPF nº ***.***.***.***

(Dados anonimizados conforme LGPD), para atuar junto aos trabalhos desta Comissão na qualidade de assessor técnico na área de economia.

O referido profissional é Professor do Magistério Superior, lotado no curso de Ciências Econômicas da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Rondônia — Universidade Federal de Rondônia, além de coordenador do projeto de extensão intitulado "Análise de Condutas Anticompetitivas na Cadeia Produtiva do Leite no Estado de Rondônia — Assessoria aos Trabalhos da CPI da Assembleia Legislativa de Rondônia".

A participação do Professor Otacílio contribuirá tecnicamente para o desenvolvimento dos trabalhos investigativos desta Comissão, especialmente no levantamento, análise e interpretação de dados econômicos relacionados à cadeia produtiva do leite, bem como na avaliação de eventuais distorções concorrenciais e impactos econômicos no setor.

Diante da relevância técnica da matéria e da expertise acadêmica do profissional indicado, submeto a presente solicitação para deliberação dos membros desta Comissão."

Os deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovado.**

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Deputada Cláudia de Jesus, favor registrar a presença da Deputada Drª Taíssa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Registrada a presença da Deputada Drª Taíssa. Muito obrigada pela participação, minha amiga.

Nós temos aqui também um Requerimento que estamos convidando as entidades para as oitivas. Agora nós estamos na segunda etapa dos trabalhos. E estaremos convocando as instituições hoje que trabalham em

função da cadeia produtiva. Então, a gente vai ler rapidamente aqui:

"Solicito a apreciação, no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito da Cadeia Produtiva do Leite no Estado de Rondônia, da expedição de convites institucionais às seguintes entidades representativas do setor produtivo e da agricultura familiar, para participação e contribuição nos trabalhos desta CPI para o dia 17/06/2026: Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia — FETAGRO; Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia — FAPERON; Associação dos Pecuáristas de Rondônia — APRON; Cooperativa dos Agropecuaristas e Produtores de Leite do Distrito de Triunfo — COOPERLAT; Associação dos Produtores de Leite de Urupá e Região — APROLEIRE Urupá; Associação Brasileira dos Criadores de Girolando — GIROLANDO RONDÔNIA; e Organização das Cooperativas do Brasil — OCB.

As referidas instituições possuem relevante atuação no setor leiteiro estadual e poderão contribuir tecnicamente com informações, dados e posicionamentos importantes para regular desenvolvimento dos trabalhos investigativos desta Comissão."

Requerimento em votação. Como vota, Deputado Eyder Brasil?

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Favorável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota o Deputado Pedro Fernandes?

O SR. PEDRO FERNANDES - Favorável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota a Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Favorável.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota o Deputado Delegado Camargo?

Deputada Cláudia de Jesus, vota favorável.

Requerimento aprovado.

Era o que tínhamos para deliberar. Pergunto aqui se os nobres parlamentares, Deputado Eyder Brasil, Deputado Pedro Fernandes, gostariam de fazer uso da palavra.

O SR. EYDER BRASIL (Relator) - Presidente, eu queria apenas parabenizar a sua presidência, a sua conduta à frente dessa importante CPI. Parabenizar a presença do meu amigo, Deputado Pedro Fernandes também, um grande batalhador, militante da nossa área de produção, sobretudo da cadeia leiteira. E parabenizar a minha amiga Deputada Drª Taíssa pelo que vem fazendo por sua região.

Como eu falei nessa semana, na primeira reunião já, preocupada com a região dela, de Nova Mamoré, fez uma grande defesa aqui de que tivesse uma comissão itinerante lá naquele município de Nova Mamoré,

como foi realizada nessa semana, realmente dando à população de Nova Mamoré a possibilidade de vir ao Parlamento, em sua cidade, e testemunhar aquilo que vem sofrendo no quesito ao preço do leite, praticado, não apenas em Nova Mamoré, mas em todo o Estado de Rondônia.

Então, minha amiga, Deputada Dr^a Taíssa, parabéns pelo seu trabalho, parabéns pela sua luta, tenho certeza que Deus honrará todos os seus sacrifícios que você vem fazendo, de muitas vezes, sacrificar a hora de família, a hora de lazer, de convivência, para representar o povo rondoniense em cada canto desse Estado. Parabéns.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Por videoconferência) – Pela ordem, Presidente.

Quero agradecer imensamente ao Deputado Eyder Brasil, pela deferência. Falo que essa pauta é super importante. E quero parabenizar a Presidente dessa CPI, a Deputada Cláudia de Jesus, porque nós tivemos agora, recentemente, em Nova Mamoré e vimos o amor que os produtores têm pela pauta, que muitas vezes, financeiramente, não compensa a atividade leiteira, mas eles estão gradativamente lutando todos os dias para que continuem nessa atividade.

Então, quero parabenizar o trabalho, e eu acredito que esse trabalho serve para ser desenvolvido, que agora vai escutar as entidades, a gente vai conseguir uma melhoria. Também foi um ofício aí para o Conseleite (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia), porque a gente observa que, mesmo eles colocando um valor de parâmetro, o valor pago para o produtor é bem inferior.

Então acredito que vai ser um trabalho árduo, não é fácil, mas que a gente vai conseguir colher bons frutos, que o melhor fruto que a gente consegue almejar é a melhoria do preço. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada, Deputada Dr^a Taíssa, pela sua fala, parabéns pelo trabalho e obrigado também, por estar junto conosco, lá na sua região.

Foi muito produtiva a oitiva que tivemos lá, Deputado Pedro, Deputado Eyder, os produtores participaram e a gente vê assim que são produtores que estão efetivamente na atividade, passando por muita dificuldade, mas eles têm uma esperança muito grande. E a esperança desses produtores faz a gente, a cada dia, trabalhar em função e lutar para tentar ajudá-los. Eu acredito muito que a gente vai conseguir dar um direcionamento, mas acredito também, que essa é uma luta coletiva, que todos nós precisamos dar essa parcela para que essa realidade possa mudar.

Passo a palavra ao Deputado Pedro Fernandes.

O SR. PEDRO FERNANDES - Obrigada, Deputada Cláudia. Cumprimentar o Deputado Eyder, a Deputada Taíssa. Dizer da importância dessa CPI, porque ninguém está aqui para acusar ninguém, nós precisamos trazer transparência na formatação desse preço do leite. A

gente vê que não é um problema apenas do Estado de Rondônia a questão do leite, mas alguns Estados já estão tendo reação positiva no preço.

Nós precisamos realmente encontrar um equilíbrio onde os incentivos fiscais que estão chegando às indústrias, possam ser, o produtor rural sentir que ele está sendo beneficiado também, através dos incentivos fiscais. Precisamos cuidar dos nossos produtores, porque quem está na atividade permanece nela porque não pode sair, pois o prejuízo aumenta. Então, ele se sacrifica. Está ali indo para o sacrifício para manter uma economia da qual o Estado depende e que é destinada à alimentação das pessoas.

Então, realmente, nós precisamos trabalhar, porque vemos que é uma classe que não recebe o subsídio necessário com a defasagem do preço. É a única atividade em que o produtor não sabe o preço que vai receber pelo produto.

Então, Deputada Cláudia de Jesus, lá em Machadinho D'Oeste foi muito importante aquela reunião que participei. Em alguns locais não consegui acompanhar, mas tenho acompanhado os trabalhos da nossa CPI. Estamos coletando informações importantíssimas. Vamos para essa nova etapa e, conduzidos pela Deputada Cláudia de Jesus, nós vamos ter sucesso ao final deste trabalho.

Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Pedro Fernandes. Quero agradecer você por estar conosco lá na sua região, em Machadinho do Oeste.

E realmente, Deputado Pedro Fernandes, todas as oitivas que fizemos em Alvorada D'Oeste, Ji-Paraná, Jaru, Machadinho D'Oeste e Nova Mamoré, ou seja, fomos em cinco municípios, foram muito produtivas.

É claro que a gente fica triste ao ver a lamentação dos produtores, e eles estão corretos, têm toda razão. Temos muito o que fazer pela frente e muitas lutas. Mas acredito que, com seriedade e empenho, vamos conseguir chegar a um consenso e dar encaminhamentos importantes sobre tudo.

Quero apenas compartilhar com os senhores, também com a Deputada Dr^a Taíssa, que está conosco, acredito que o Deputado Delegado Camargo também, e o Deputado Eyder Brasil, que durante a Rondônia Rural Show iremos realizar, no dia 29, uma atividade a partir das 15 horas, no estande da Assembleia Legislativa, com um produtor que está vindo do Paraná para dar uma palestra.

Não será bem uma palestra, mas ele virá demonstrar a sua realidade. É um pequeno produtor da agricultura familiar que iniciou sua atividade e que, através do leite, está beneficiando a produção, fazendo queijo e agregando valor. Ele virá para apresentar essa realidade, mas também para contar como foi ajudado no Estado do Paraná, no município onde mora, que agora eu esqueci o nome para compartilhar. Guarapuava, não é? Isso.

Lá eles possuem um termo de fomento no qual

a prefeitura disponibiliza equipamentos para as agroindústrias e responsável técnico. Há também uma política muito forte em função à agricultura familiar para que os produtores, especialmente da agricultura familiar, possam comercializar seus produtos dentro do Estado do Paraná.

Então, isso é muito importante. Virá o produtor, o senhor Roberto, além do Secretário de Agricultura do município de Guarapuava e um veterinário do Serviço de Inspeção Municipal.

Será um momento muito oportuno para falarem sobre a realidade deles e acho também que essa realidade serve de exemplo para nós, que é possível, sim, através do poder público, mudar a realidade e, sobretudo neste momento de crise, investir na legalização de agroindústrias. Hoje essa seria uma das alternativas para conseguirmos agregar preço e não deixar os nossos produtores reféns dos laticínios. Sabemos que as agroindústrias têm essa condição.

Então, gostaria de convidar os nobres Deputados Pedro Fernandes, Eyder Brasil, Delegado Camargo e a Deputada Dr^a Taíssa para se fazerem presentes e participarem deste momento conosco. Depois, vamos mandar o convite oficial, mas já coloquem em suas agendas.

Também quero convidar toda a equipe da Casa que está aqui. Acho que será um momento muito oportuno e de muito conhecimento.

Não estamos trazendo um doutor para falar aos nossos agricultores. Estamos trazendo um agricultor que sente na pele, que já passou por todas as dificuldades e que está conseguindo vencer essas etapas. Então, é muito importante ouvir quem, de fato, vive essa realidade todos os dias. Achemos bastante oportuno trazer esse produtor neste momento.

No mais, seria isso. Deputado Eyder Brasil, obrigada também pela parceria e por estar sempre à disposição, nos ajudando. Deputado Pedro Fernandes, gratidão. Deputada Dr^a Taíssa, nós só temos a agradecer, porque, se até agora conseguimos realizar os trabalhos da CPI, foi porque vocês foram importantíssimos para chegarmos até aqui.

Temos ainda uma caminhada, mas acredito que em breve vamos conseguir finalizar. Estamos muito confiantes de que, com o apoio de todos os envolvidos, daremos um importante redirecionamento. Mas teremos também muitas lutas pela frente no sentido de fazer com que alguns encaminhamentos se concretizem. Além disso, há as constatações feitas aqui que precisam ser encaminhadas aos órgãos competentes.

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente reunião, convoco Reunião para o dia 17 de junho de 2026, às 13 horas.

Declaro encerrada esta reunião. Muito obrigada a todos pela participação, pelo suporte técnico da Casa Legislativa e aos deputados.

(Encerra-se esta reunião às 13 horas e 37 minutos)

9ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO — CPI DESTINADA A INVESTIGAR E APURAR POSSÍVEIS IRREGULARIDADES EM TODO O PROCESSO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE DO ESTADO DE RONDÔNIA.

EM: 24.06.2026

INÍCIO: 13h47min

PRESIDENTE: SRA. CLÁUDIA DE JESUS

MEMBROS: SRA. DRA. TAÍSSA

SR. DELEGADO CAMARGO

SR. PEDRO FERNANDES

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sob a proteção de Deus, declaro aberta a 9ª Reunião Extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências.

Aos 24 dias do mês de junho de 2026, no Plenarinho 2 da Assembleia Legislativa, com a presença dos senhores deputados: Deputada Dr^a Taíssa, Deputado Delegado Camargo, de forma on-line, e Deputada Cláudia de Jesus.

Nenhuma ausência justificada. Registro aqui a presença dos convidados, representando as entidades que contribuirão nesta oitiva: o Senhor Dhiony Costa e Silva, Diretor Executivo representando a APRON (Associação dos Pecuaristas de Rondônia); o Senhor Josnei Nicolau Wolfart, que é Presidente da COOPERLAT (Cooperativa Agropecuária e Laticínios Pontão Ltda); o Senhor Edmar Gomes Ferreira que é Presidente da Associação dos Criadores de Girolando.

Sejam todos bem-vindos e obrigada por se disporem a contribuir com essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Solicito à Senhora Deputada Dr^a Taíssa, que proceda à leitura da Ata da reunião anterior.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relator) – (Procede à leitura da Ata da última reunião)

Lida, Senhora Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputada Dr^a Taíssa.

Em discussão, a Ata que acaba de ser lida. Em votação. Os deputados favoráveis à aprovação da Ata permaneçam como estão, os contrários se manifestem. **Aprovada.**

Quero aqui também agradecer a presença do Senhor Leandro Avelino Martins, da Associação dos Produtores de Leite de Urupá e Região – Aproleite; ele, que participa de forma on-line.

Gostaria também aqui de agradecer a participação e o apoio que tem nos dado aqui, o Professor Otacílio, que se encontra aqui conosco. Otacílio Moreira, titular do Departamento de Economia da Universidade Federal de Rondônia. Muito grata, professor, por todo o suporte que tem nos dado, à Assembleia Legislativa. Em nome

do Presidente Alex Redano, nós agradecemos a sua disposição em contribuir com essa temática e com essa Comissão Parlamentar de Inquérito que é tão importante para dar o encaminhamento e resolução à cadeia produtiva do leite.

A gente vai ouvir individualmente cada uma das entidades.

Nesse momento, eu gostaria de convidar aqui o Seu Josnei Nicolau para que possa sentar aqui junto com a gente. Fique à vontade. Ele que representa a COOPERLAT.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Presidente Deputada Cláudia, só uma questão de ordem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputado Delegado Camargo, pode falar.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Presidente, foram feitos alguns encaminhamentos ao Governo do Estado para prestar algumas informações como capacidade do rebanho leiteiro do Estado de Rondônia. Todas essas informações já chegaram à Comissão Parlamentar de Inquérito? O governo já respondeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Vamos verificar aqui com a equipe. A equipe técnica pode verificar sobre essas respostas? Ontem chegou, deputado.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Sem problema nenhum. Só para saber essa informação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu vou pedir para disponibilizar naquele grupo da Comissão Parlamentar de Inquérito, no qual nós estamos ali, os parlamentares, para o senhor ter acesso.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Perfeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Equipe, faça o favor para a gente, de disponibilizar para o deputado?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Obrigado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Valeu, deputado. Eu que agradeço.

Senhor Josnei, seja muito bem-vindo aqui conosco.

Eu vou ler rapidamente aqui o Requerimento no qual foi criada essa Comissão Parlamentar de Inquérito, para o senhor compreender um pouco.

"REQUERIMENTO 3540/2025 DE AUTORIA COLETIVA. Requer a Constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, destinada a investigar e apurar possíveis irregularidades em todo o processo da cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia e dá outras providências. Os Parlamentares que este subscrevem, requerem à Mesa Diretora, na forma do § 3º, artigo 36 da Constituição do Estado, combinado com os artigos 30, 31, inciso I e 33 do

Regimento Interno desta Casa de Leis, seja constituída uma Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, composta de 05 (cinco) membros, pelo prazo de 90 (noventa) dias, prorrogáveis nos termos regimentais, com o objetivo de investigar e apurar possíveis irregularidades praticadas por todos aqueles que fazem parte do processo de produção, comercialização, industrialização, precificação e fiscalização da cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia.

Por força do preceito constitucional do § 3º art. 36 da Constituição Estadual, em perfeita simetria ao § 3º art. 58 da Constituição Federal, aplicado à espécie, elencam-se, desde já, os seguintes fatos determinados, e outros que possam surgir em decorrência da instrução processual e motivadores da instalação do presente procedimento investigatório:

1. A metodologia adotada pelo Conseleite/RO para apuração dos custos de produção, considerando que a produção ocorre em pequenas, médias e grandes propriedades;
2. Eventual conflito de interesses ou manipulação metodológica pelo Conseleite/RO;
3. Dados enviados pelas indústrias e qual o grau de confiabilidade, avaliando-se possível subdeclaração de custos ou sobreposição de despesas que distorçam o valor final;
4. Os valores divulgados pelo Conseleite/RO e a sua correspondência ou não com a realidade da agricultura familiar e da pecuária leiteira regional;
5. Correlação entre a política de incentivos fiscais para o setor lácteo e a crise no setor leiteiro no Estado de Rondônia;
6. A existência de eventual cartelização ou concertação de preços;
7. A adoção de mecanismos de bonificação, premiação, gratificação ou similares sem critérios públicos, objetivos e transparentes;
8. A assimetria informacional existente entre produtores e indústrias, com possível manipulação unilateral de dados utilizados para a formação do preço ao produtor;
9. A imprevisibilidade do preço do leite entregue aos laticínios e o lapso temporal para pagamento extenso a partir da entrega.

Plenário das Deliberações, 16 de dezembro de 2025."

Requerimento aprovado pelos parlamentares.

Hoje estamos aqui para mais uma reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Cadeia Produtiva do Leite. É importante ressaltar que a CPI é fruto da reivindicação dos produtores de leite de todo o Estado de Rondônia, que demandaram aos deputados acerca de uma resposta para a crise enfrentada pelo setor.

Hoje, o Estado de Rondônia está entre os Estados do Brasil com menor preço pago pelo litro de leite ao produtor, trazendo um exemplo de dados oficiais atualizados da Companhia Nacional de Abastecimento — Conab. O preço médio do litro do leite em Mato Grosso, no mês de março, foi de R\$ 1,80; no Paraná, R\$ 2,22; e no Pará, R\$ 1,82; e em Rondônia, R\$ 1,47.

Diante desse cenário de crise acentuada que foi proposto

na Audiência Pública em 15 de dezembro do ano de 2025, foi instalada essa Comissão Parlamentar de Inquérito, ou seja, para investigar e apurar as possíveis irregularidades na cadeia produtiva do leite, em especial a política de formação do preço de referência pelo Conseleite (Conselho Paritário de Produtores e Indústrias de Leite do Estado de Rondônia), a presença de cartel entre os laticínios do Estado e a falta das políticas públicas pelo Estado de Rondônia e a sua correlação com a crise.

Estão como membros dessa Comissão os seguintes deputados: Deputada Cláudia de Jesus, como Presidente; Deputado Eyder Brasil, como relator; Deputado Delegado Camargo, como Vice-Presidente; Deputado Pedro Fernandes, como membro; Deputada Dr^a Taíssa, como membros titulares. Como membros suplentes temos: Deputado Ismael Crispin, Deputado Jean Mendonça, Deputado Ezequiel Neiva.

A Comissão Parlamentar de Inquérito trata-se de uma Comissão Temporária instalada pelo Poder Legislativo Estadual para investigar fatos determinados e tem poderes próprios das autoridades judiciais.

Neste caso específico, estamos aqui para investigar irregularidades na cadeia produtiva do leite e seguidamente apresentar as soluções para a crise.

Nós estamos aqui hoje para essa oitiva direta com as entidades representativa do setor produtivo do leite do Estado de Rondônia, convocada por ocasião da 8ª Reunião Extraordinária realizada por esta Comissão, no dia 20 de maio de 2026.

Agora nós vamos iniciar aqui os questionamentos.

Senhor Josnei, seja muito bem-vindo, fique à vontade. Aqui nós estamos, a gente convidou vocês como representantes, o senhor como representante da COOPERLAT para que possa contribuir com alguns questionamentos.

Nós pedimos que o senhor possa estar falando e contribuindo com a verdade. Nós vamos fazer alguns questionamentos. Aquilo que for do conhecimento o senhor pode responder tranquilamente; aquilo que o senhor não quiser responder, também fique muito à vontade. E é muito tranquilo, não precisa se preocupar. Fique à vontade mesmo aqui com a gente.

Dando início aqui, nós vamos iniciar as perguntas. Antes de iniciar aqui, quero agradecer todo o suporte aqui da equipe da Assembleia Legislativa, que sempre tem nos acompanhado e nos ajudado para que esse trabalho pudesse de fato estar acontecendo.

E aí eu vou ler aqui o primeiro questionamento, no caso. Como tem sido estabelecida a negociação do preço do leite com as unidades que beneficiam o leite, no caso, da entidade no qual o senhor representa, a COOPERLAT?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Uma boa tarde a todos. Obrigado por ceder esse espaço para a gente estar colocando nossas dores. Então, em relação à negociação do preço do leite, ele é firmado diretamente com o comprador de leite, certo? Nós temos um prazo aí de recebimento de leite em 90 dias, e o preço varia conforme quantidade e qualidade, que nem sempre

também é levado em consideração a qualidade, porém somente a quantidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Os produtores hoje entregam a produção sabendo quanto vão receber ou o preço só é revelado após a entrega da matéria-prima, no caso o leite? O senhor falou que é em torno de 90 dias para receber?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Sessenta dias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sessenta, não é? Entendi 90. Aí esse preço vocês sabem antes da entrega ou só depois que vão receber?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Na verdade, a gente só sabe no dia que a gente vai receber, porém o leite já se encontra na casa há 60 dias. Então, o preço é atualizado naquele momento, a queda é o que passou, já foi entregue e não tem o reajuste. A gente sempre trabalha no prejuízo nessas questões.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A diferença de preços pagos entre laticínios em razão do porte do laticínio, como aquele laticínio que tem a certificação do SIM (Serviço de Inspeção Municipal), do SIE (Serviço de Inspeção Estadual), do SIF (Serviço de Inspeção Federal), há uma diferença sobre ter esses registros, em pagar mais ou menos?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Não, até onde eu conheço, não tem essa diferença. O que comanda o preço do leite é a questão de oferta e demanda, e um pouco a questão da qualidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Sobre os laticínios hoje, em um contexto geral ou até mesmo no qual vocês entregam, há diferença nesses portes dos laticínios, tem aqueles que são maiores, menores, ou é mais ou menos tudo no mesmo patamar, a estrutura?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Tem bastante diferença. Temos o Italac e o Toya, que são os laticínios mais fortes, e os outros são os laticínios menores. Têm os laticínios que têm maior quantidade de produtos fabricados e temos os laticínios que só produzem muçarela. Então, a diferença está nisso, no mix de produtos fabricados na empresa.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Cooperativa já identificou situações em que laticínios concorrentes, na mesma região, reduziram o preço pago pelo litro de leite no mesmo período, dia ou semana, no mesmo valor e utilizando o mesmo argumento técnico, mesmo em períodos de entressafra, no caso, na seca?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Varia um pouco, depende do laticínio, depende da necessidade do laticínio, é o que determina o preço do leite, mas geralmente,

sempre são nas mesmas épocas, nas mesmas datas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Existem contratos de fornecimento de longo prazo com cláusulas transparentes de reajuste ou a relação é baseada em acordos verbais, no caso de vocês?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Não. No nosso caso não existe. Mesmo na época que chegamos a entregar 5.200 litros de leite, não conseguimos firmar contrato. Os laticínios da região não há contratos, porque isso é o que possibilita eles mexerem no preço do leite, fora de época.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Vocês têm participado das reuniões do Conceleite?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como o senhor e os demais descrevem sobre as discussões durante a reunião do Conceleite? A metodologia do estabelecimento, os valores de referência e outras informações. Elas têm sido relevantes na opinião do senhor? Se há mais alguns que participam, como o senhor julga essa relação, hoje, com o próprio Conceleite?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Então, deputada, isso aí é bastante complicado a gente até opinar em relação a isso, porque nós mesmos, como produtores, a gente não concorda com a forma a qual são feitas as coletas de dados. A gente não concorda como é somado o custo de produção para ser repassado para o preço do Conceleite.

Então, a gente fica vulnerável e sem poder ter essas argumentações ou rebater qualquer decisão tomada. Mesmo os sindicatos não têm esse pulso para fazer com que isso inverta a situação do leite no Estado de Rondônia, hoje.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite são efetivamente praticados pelos laticínios em relação ao mercado de uma forma geral?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Essa questão, pelo menos o menor valor de referência, ele sempre tem sido respeitado, dentro do que tem sido definido nas reuniões do Conceleite?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Geralmente, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na sua percepção, os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores rurais?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Não, porque não é feito em cima de um real custo de produção da nossa região Norte. É pego uma base nível nacional e isso não reflete a nossa realidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na opinião do senhor, os valores de referência, hoje, estabelecidos pelo Conceleite buscam atender à demanda dos atores que compõem o Conselho ou esses valores seguem uma tendência dos valores efetivamente pagos ao longo do tempo, no caso preços lineares históricos?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Eu acredito que venha mais a beneficiar os atores que têm interesse no Conceleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Esses atores são produtores, empresas?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Empresas. Se fosse para o produtor, com certeza a produção leiteira estaria diferente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. O senhor já participou de alguma reunião com representantes dos laticínios, fora do Conceleite, em que foi deliberado sobre estabelecimento do preço, divisão do mercado ou algo semelhante?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não? Certo. Na visão técnica da cooperativa, há falhas na metodologia do Conceleite para o cálculo do preço de referência do leite?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Com certeza. É bastante.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – A planilha do Conceleite capta fielmente a disparidade do custo de insumos em Rondônia?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Não? Na sua percepção, as cooperativas se sentem representadas em condições de igualdade técnica, política dentro do Conceleite ou as grandes indústrias, Sindileite (Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia), detêm o controle majoritário das decisões econômicas do conselho?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – As grandes empresas se encontram majoritárias.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Elas mantêm esse controle, não é?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Eles mantêm o controle.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Se a cooperativa identificar um laticínio em outra região de Rondônia pagando um valor melhor e decidir vender para ele, o laticínio local faz algum tipo de retaliação?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Não, hoje não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso não tem acontecido com vocês, no caso, não é?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Com nós, mesmo não. A gente ouviu isso na região, mas conosco não tem acontecido.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Certo. Algum representante de laticínio já ameaçou deixar de coletar o leite da cooperativa caso os cooperados realizassem cotações ou iniciassem conversa com novas indústrias ou compradores?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Já.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Já houve, no caso, produtores que sofreram essas ameaças por parte dos laticínios?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - É, tanto que hoje ficou tão difícil que nem comprador de leite tem mais na região. Acabou os compradores de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como funciona a logística de coleta? Os laticínios controlam as rotas de transporte de tal forma que inviabilizam a entrega do leite da cooperativa para terceiros?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Na verdade, a gente não está tendo opção no momento, não é?

SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Lá, hoje, os tanques são todos já destinados e a rota é traçada em cima disso. Então, a gente acaba tendo a fidelidade com o caminhão que está passando no momento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É o que tem, não é?

A cooperativa tem conhecimento de laticínios que temporariamente aumentam o preço de leite, de forma artificial, para produtores individuais não cooperados na sua região?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - A gente tem, sim, conhecimento. Mas, porém, achamos justo. Eu acho que quem produz mais também tem direito de receber um

pouquinho mais, por questão de qualidade e quantidade. A gente sabe que reduz esse custo e muito. Mas nessas questões, a gente até concorda.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Há discriminação de preços baseada puramente na localização e na qualidade da estrada? Houve alguma situação nesse sentido por parte dos laticínios?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Na nossa região ali, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, correto. Muito bom. Há discriminação de preços baseada também na quantidade e oferta fornecida por cooperativa e demais produtores pelo laticínio? Pela quantidade que eles fornecem os produtores? Há essa discriminação também por parte dos laticínios?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Tem uma variação aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Tem, não é? Quantos produtores associados à cooperativa hoje vocês têm que estão inseridos nessa atividade?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – Trinta e seis produtores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Trinta e seis?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nesse período, especialmente nesse período de crise, teve alguns que abandonaram a atividade?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Eu acho que são oito. E a própria cooperativa vai parar de tirar leite, de produzir leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Hoje vocês têm um plano de encerrar a atividade?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Vamos encerrar a atividade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É? E qual é o principal motivo hoje?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART – A viabilidade na produção. Não tem viabilidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na sua visão, que mudanças no ambiente institucional, nas leis, normas, costumes, mudanças estruturais no comportamento dos agentes e nos modelos de governança são necessários para recuperar e fomentar o ambiente competitivo e melhorar o desempenho da

cadeia produtiva do leite no Estado de Rondônia – referente às próprias políticas públicas?

Na visão do senhor, o que seria determinante hoje para que a gente pudesse fazer com que esse setor pudesse se desenvolver e ser aquele setor pujante que já foi em muitos momentos na história desse Estado de Rondônia? Na opinião do senhor, o que que precisaria hoje para incrementar e retomar a força dessa atividade?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Eu acredito que um dos grandes gargalos, principalmente na nossa região mais norte do Estado, está na concentração de alimentos, não é? Porque hoje, se faltar o milho aqui, nós temos que trazer de Vilhena, do Cone Sul. O preço se torna caríssimo.

O Estado não investe em políticas públicas para que, de fato, faça com que a produção leiteira no Estado funcione, que volte a ser o que era. Para isso acontecer, teria que ter vários silos, lugares de grandes estoques em várias regiões, onde teriam frota de caminhões para distribuir, primeiramente, alimentação. Porque leite não se produz sem soja, sem milho, sem o núcleo de qualidade. Eu acho que isso aí é um dos maiores gargalos.

Segundo gargalo está na genética. Acredito que faltam políticas públicas para trazer uma genética diferenciada e modelos de infraestrutura diferenciadas. No modelo que a gente está, não vamos poder continuar.

Então, eu acredito que os grandes gargalos estão nisso. Estão nesses dois itens. Genética, temos bastante genética no Estado, mas, porém, a alimentação não supre a necessidade. O custo de um saco de milho hoje, para um produtor ganhar R\$ 2,00 no litro de leite, R\$ 80,00, não tem quem pague. Não tem viabilidade.

E, sem esses nutrientes, não tem como produzir leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Hoje, então, vocês operam no prejuízo? Essa é a avaliação que vocês fazem?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Chegamos a ter R\$ 0,80 de prejuízo por litro de leite. Então, esse foi o que...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É um prejuízo muito grande.

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - É. Foi o que determinou a nossa declinação na produção de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Vocês têm uma previsão de outra atividade para dar continuidade ao cooperativismo ou já tem outras atividades envolvidas também?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Então, a gente tem sim, um projeto, continua sendo voltado ao leite, porém com genética diferente, com agroindústria anexada ao projeto. Se nós não colocarmos agroindústria, daí a gente vai declinar de fato mesmo, de vez, do leite. Mas a ideia é produzir um silo, ter grandes silos de armazenamento

de grão, principalmente para o milho.

E segundo, a agroindústria tem que estar anexada. Nós precisamos produzir um leite A, que no Estado não existe um leite A ainda sendo produzido. Se tem, eu desconheço. Uma agroindústria que produza um leite de qualidade, um leite de padrão mesmo, que possa ser fornecido com garantia. E termos uma certificação.

E a terceira questão é a genética mesmo. Nós precisamos mudar o rumo ou os voos da pecuária leiteira.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Senhor Josnei, tem alguma coisa que a gente não perguntou e que o senhor acha pertinente acrescentar aqui nessa oitiva?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Não que eu lembre no momento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Então, hoje lá vocês têm esse projeto da agroindústria, algo que isso já tem um projeto, de fato, pronto, estão pleiteando isso já junto a bancos ou até políticas públicas do Estado?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Não, hoje, se nós dependermos de banco, com a taxa Selic do preço que está e sem garantias reais, igual na região onde a gente mora, a área de assentamento, ele já nasce inviabilizado. Você comprar um animal de R\$ 15 mil, também financiado, acaba inviabilizando.

Se você colocar toda a estrutura hoje, dependendo do próprio bolso, nós podemos desistir do leite. No Estado de Rondônia, podemos desistir.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É verdade. Sobre a agroindústria, vocês hoje beneficiariam quais tipos de produtos?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Hoje a gente trabalharia com barriga mole, doce de leite e queijos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Senhor Josnei, agradeço grandemente a participação do senhor. Nós temos aqui a Deputada Dr^a Taíssa, o Deputado Delegado Camargo. Se os senhores quiserem fazer questionamentos, o momento é agora, e nós depois prosseguiremos para os próximos trabalhos. Deputada Dr^a Taíssa, você deseja fazer pergunta?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Boa tarde. Primeiramente, eu vi na sua fala que, quando a Deputada Cláudia Jesus perguntou sobre qualidade o senhor ficou meio assim. E é isso que eu queria entender. Hoje há um desânimo de investir em qualidade porque não tem um reconhecimento da questão do preço?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Sim, com certeza. Porque quando você tira um leite de maior qualidade e é jogado em um caminhão com leite que não tem

qualidade alguma, o meu leite não vai melhorar a qualidade dos outros. Porém, o meu vai piorar com a qualidade dos demais.

Então, assim, enquanto eu não conseguir produzir uma quantidade de leite para criar um produto específico, um queijo prato, por exemplo, uma carga fechada, com essa qualidade de leite, o meu leite também não vai ter qualidade quando chegar no laticínio. Isso não resolve a vida deles.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então, aquele parâmetro que o Conseleite fala, que o preço vai variar conforme a qualidade do leite, não é uma realidade, tendo em vista que o tanque é para todos na hora que vai fazendo a coleta. Correto?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - É.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Uma outra coisa. Então, o parâmetro que o Conseleite fala é para um outro tipo de produtor, um produtor que tem carga fechada, não o produtor da realidade Rondônia.

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Na verdade, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Outra coisa que me chama a atenção. Há alguma transparência nessa questão do Conseleite, porque os preços que são apurados lá sempre são bem inferiores na ponta, para o produtor que entrega o leite. Como que funciona isso? Porque até então seria um Conselho para segurar a questão dos preços e a gente não consegue ter a clareza em relação a isso.

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Eu nunca consegui participar, por mais que eu já tenha me oferecido várias vezes para participar no fornecimento de notas para o Conseleite, eu nunca consegui colocar as minhas notas de custo de produção no Conseleite. Essas notas quem deve fornecer é a Faperon, é o sindicato, são os representantes e as indústrias.

Então, a gente não tem controle disso e nem como que eles fazem, de fato, esse levantamento de custo de produção. A maioria dos pecuaristas, dos produtores de leite, não consegue fazer esse custo de produção.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Uma outra coisa. A realidade hoje de Rondônia, conforme a CPI vai apurando, ela é péssima em relação ao leite. Tem algum outro Estado que vocês veem como parâmetro para que a gente possa melhorar a situação do Estado em relação específica a essa cadeia do leite?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - A gente costuma muito se espelhar no Estado de Minas Gerais e nos Estados do Sul.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Outra coisa. Eu vi o senhor comentando, hoje, pelo parâmetro, pelo que o senhor

observa, a gente consegue verificar que existe um lobby muito grande em prol de beneficiar apenas as empresas e prejudicar imensamente o produtor rural?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Eu acredito que o maior problema é que os produtores rurais, nós, cooperativa, associação, enfim, todas essas entidades são desorganizadas. É o que facilita a manipulação, facilita todos esses trabalhos das grandes indústrias que têm tempo para isso, enquanto o produtor está de cabeça baixada e não conseguindo fazer o próprio custo de produção.

Então, é uma crítica. Nós temos muitos técnicos no Estado, muita consultoria, mas, porém, sem resultado. Acho que isso aí também é um grande gargalo que mais atrapalha do que ajuda.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como o Estado não investe em pesquisas que realmente dão resultado?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Também, mas acredito que a formação técnica, no nosso Estado, está ultrapassada. Ela tem que ser renovada, tem que ser atualizada, porque o que tem nos outros Estados nós não conseguimos encontrar no Estado de Rondônia ainda.

É um Estado que é bem promissor na área do leite, porém, muito atrasado nessas formações.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor acredita que há algum impacto da importação do leite e derivados sobre o preço que está em Rondônia ou não, independentemente de ter importação do leite de fora, ou continua do mesmo jeito porque existe realmente essa falta de transparência ou não?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Eu não consigo firmar isso, mas assim, eu acredito que a importação de leite não afeta tanto na comercialização. Afeta de alguma forma, mas não para chegar a tal ponto do leite chegar a R\$ 1,40, R\$ 1,47, R\$ 1,50 no Estado, não.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Perfeito. Muito obrigada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) – Deputado Presidente, registra minha presença aí, Deputado Pedro Fernandes.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Boa tarde, Deputado Pedro Fernandes. Obrigado por se fazer presente de forma remota. Já está registrada a presença do Deputado Pedro Fernandes.

Deputado, nós estamos ouvindo agora o senhor Josnei, ele acabou de responder aqui os questionamentos. O senhor deseja fazer alguma participação agora?

O SR. PEDRO FERNANDES (Por videoconferência) – Eu entrei agora. Tudo bem. Só para acompanhar.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bem, deputado. Muito obrigado. Obrigada, Deputado Pedro. Senhor Josnei, agradeço imensamente a sua participação, a contribuição. Pode ficar à vontade, se quiser continuar participando aqui com a gente, nós vamos chamar o próximo.

Mas antes de dispensar aqui o senhor, eu queria, o professor Otacílio tem sido aqui uma pessoa que tem dado esse suporte também para essa CPI. Ele é economista e representa aqui a Universidade Federal. Através de Requerimento, nós aprovamos aqui a autorização da participação dele para nos orientar pelo conhecimento como mestre que é. E, professor, mediante os questionamentos, a tudo aqui que foi questionado, o senhor gostaria de fazer algum questionamento sobre o que foi dialogado ou algo que o senhor acha pertinente?

O SR. OTACÍLIO MOURA DE CARVALHO COSTA - Então, é só ressaltando, queria primeiramente agradecer aqui por estar participando aqui. Estivemos com o Josnei lá, com a turma do Mestrado em Administração, a partir do nosso colega, do Jorge, que faz um trabalho com eles. E assim, e até nos deixa, a gente participou lá e vimos até... Lembrando que quando perguntaram para ele sobre preço, eu não vou fazer nenhum indagação, é só para chamar atenção, eles são hoje um grupo de produtores que tem um dos maiores níveis de produtividade dentro da cadeia aqui no Estado de Rondônia.

Então, enquanto a média de Rondônia não chega a 6 litros por unidade animal/dia, eles conseguem chegar a cerca de 27, 28 litros, não é, Josnei?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Isso.

O SR. OTACÍLIO MOURA DE CARVALHO COSTA - E conseguem ter até um preço, por exemplo, quando ele foi perguntado a ele sobre a questão de que o preço do Conceleite, vamos dizer assim, praticado pelos laticínios, é, no meu ponto de vista, em relação a eles, que conseguem colocar um leite de melhor qualidade em uma quantidade substancial e conseguem receber o preço dentro da pauta do Conceleite. É só chamar atenção nesse quesito, porque de fato a forma como eles produzem é bastante diferenciada dentro do Estado de Rondônia e, para o caso deles especificamente, sim, a gente observa que há um pagamento pelo laticínio ao qual eles fornecem o leite dentro da pauta do Conceleite. O que não vai acontecer na maioria dos demais casos aqui no Estado de Rondônia, que não entrega um leite na qualidade que eles entregam e também na quantidade que eles entregam, dada a produtividade que eles têm. Então, é só chamar atenção e nós ficamos, de certa forma tristes até pela informação que eles nos passam aqui de que poderá estar encerrando a atividade, que era até, diga-se de passagem, um caso de sucesso aqui no Estado, inclusive recebendo diversas visitas até de outros países, não é, Josnei?

O SR. JOSNEI NICOLAU WOLFART - Isso.

O SR. OTACÍLIO MOURA DE CARVALHO COSTA - Visitando o caso dele em razão desse tipo do condomínio leiteiro que eles montaram lá, que trouxe até de outro Estado do Sul, que ele citou o exemplo aí. Isso nos deixa bastante preocupados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Obrigada pela contribuição. Realmente, professor, é muito triste ouvindo aqui o senhor Josnei na hora que ele disse que eles pretendem encerrar as atividades. A gente fica bastante preocupado porque, no decorrer dos trabalhos da CPI, nós estivemos em cinco municípios ouvindo produtores, pequenos produtores, médio, grande, e muitos também disseram essa mesma situação para a gente. E isso é muito preocupante.

É necessário um olhar de cuidado para quem produz leite, porque é um alimento importante na nossa alimentação, mas, sobretudo, também é uma cadeia produtiva que contribui muito com o desenvolvimento. Há um histórico nesse Estado sobre a produção de leite, do que significa isso no progresso de Rondônia. E é o que nós sabemos fazer, de fato, a nossa gente, produzir leite, produzir alimento, então é um assunto que carece muito de atenção.

Então, mais uma vez, agradecer ao senhor pela contribuição, e agora nós queremos, pode ficar à vontade, se o senhor quiser ficar sentado aqui pode ficar, fica à vontade.

Gostaria agora de convidar para participar aqui conosco o Senhor Dhiony Costa, que é Diretor Executivo e que representa aqui a APRON, que possa se dirigir aqui, sentar aqui junto conosco.

Dhiony, boa tarde, obrigada pela disposição em vir aqui participar dessa CPI. E nós já vamos iniciar, a Deputada Drª Taíssa vai fazer os questionamentos. Seja bem-vindo. Fique à vontade e muito obrigada.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Boa tarde. Obrigado pelo convite. Eu gostaria de iniciar protocolando uma proposta de um plano de ação estratégico para a cadeia produtiva do leite de Rondônia, que foi um trabalho produzido a várias mãos. Veio até nós, da associação, um clamor, no ano passado, sobre a questão da situação que os produtores de leite estavam enfrentando no Estado de Rondônia.

E vendo essa situação só tinha um jeito, a gente precisava saber o que estava acontecendo, que é de onde a gente parte. O que está acontecendo? Quem está fazendo o quê? Porque cada instituição, às vezes, cada uma tem uma ação, mas às vezes estão andando, cada uma fazendo uma coisa.

Então, nós criamos o primeiro, em conjunto, criamos o primeiro Fórum +Leite RO, no qual nós reunimos entidades de pesquisa, universidades, institutos de pesquisa e as federações da agricultura, tanto Fetagro quanto a Faperon. E desse Fórum e desses debates a gente saiu com esse plano estratégico. Então eu gostaria de protocolar, por favor.

Eu lembro que a senhora também esteve presente

no Fórum, então já é conhecido alguns dos debates e algumas sugestões, olhar para a cadeia de forma 360º e não olhar só para um item do processo. Claro, esse documento reflete o recorte daquele espaço-tempo, mas com melhorias para aquelas situações específicas na qual tinha prioridades e a continuidade do desenvolvimento da cadeia produtiva do leite durante o tempo.

Nós estamos para fazer o segundo Fórum, e conto com a colaboração de vocês também nesse segundo Fórum, que está programado para ocorrer junto da Feira Agrotec, aqui de Porto Velho. Vai ser o segundo, a gente vai rever esse aqui, vai chamar não só essas entidades que estiveram na primeira, como mais entidades que, às vezes, naquele primeiro momento não, pelo momento específico, não conseguimos atingir um núcleo maior; mas agora nessa segunda a gente quer ter um debate mais aberto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Obrigada, senhor Dhiony. A gente fica muito feliz, porque com o problema que a gente tem, a gente está atrás de solução. E quando a gente vê a entidade já trazendo alguns parâmetros, algumas soluções, reunindo a classe, é muito importante.

Mas vamos lá para os questionamentos. Na condição de associação representativa de pecuaristas de Rondônia, a APRON, o senhor tem conhecimento de como são estabelecidas as negociações dos preços de leite com os produtores e as unidades de beneficiamento de leite em Rondônia?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – O conhecimento que nós temos é que é uma ação econômica, de livre mercado, na qual é a relação entre indústria e produtor, que são feitas, são negociações diretas.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas não tem nenhuma fórmula, nenhum parâmetro, nada? Ou é só livre mercado?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – É, a gente não tem esse conhecimento.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Se os produtores entregam a produção sabendo quanto vão receber ou o preço só é revelado 30, 60, 90 dias ou mais de 90 dias após a entrega da matéria-prima, que é o leite?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Então, esse é um questionamento que a gente bate em cima, tem até uma recomendação, a qual era até uma recomendação imediata, que se cumprisse uma lei que existe no Estado de Rondônia, que era uma reativação da lei que obriga os laticínios a informar o valor a ser pago ao produtor até o 15º dia do mês anterior à entrega. Então, já existe uma lei no Estado que a gente só pede que seja cumprida. É o mínimo, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA – É. Se tem conhecimento sobre a diferença de preços pagos do leite aos produtores entre laticínio em razão do porte e em relação aos registros do

SIM, do SIE e do SIF?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – O produtor que tem SIM, SIE, ou a questão do tamanho da indústria?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se tem diferença dos preços pagos do leite aos produtores entre laticínios em razão do porte e em relação aos registros? Porte, de tamanho e os registros?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Eu não tenho essa informação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Se tem alguma diferença?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Não tenho essa informação.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A associação teve conhecimento, a partir de denúncias, reuniões, relatos de produtores de situações de que laticínios concorrentes na mesma região reduziram os preços pagos pelo litro do leite no mesmo período, dia ou semana, em valores similares a centavos, e utilizando o mesmo argumento técnico, mesmo em períodos de entressafra, a seca?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Tá. Nessa parte da questão de uma suposta...

A SRA. DRA. TAÍSSA – Suposto lobby aqui.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - É até mais complicado um pouquinho essa situação. Nós temos um encaminhamento nesse plano, que era justamente uma investigação mais aprimorada das instituições de investigação mesmo, até o encaminhamento, o próprio Ministério Público, não sei se a relatoria... É muito importante esse trabalho de vocês, porque pode dar até um encaminhamento, um adiantamento nesse processo. É uma investigação.

Então, a gente recebeu um relato. Diante das preocupações, a gente fez o fórum justamente para a gente ter um documento. Então, nesse documento, a gente tem essa preocupação no qual a gente externa que seja encaminhado aos órgãos competentes para que realmente investigue, se realmente, há essa situação aí que venha contra o livre mercado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Mas, um questionamento assim: por mais que o senhor não possa trazer uma prova, um documento, mas há nos corredores, há esse comentário, o senhor chegou a ter conhecimento que eles fazem essas oscilações, mesmo em laticínios da mesma região? Se eles fazem essas oscilações em centavos, se as justificativas deles são sempre semelhantes, que independe de qual laticínio você for, você já sabe efetivamente o que vai ser? O senhor chegou a ouvir produtores falando sobre isso?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Não. Relato de produtores a gente sempre escuta, mas aí é um relato no qual a gente não tem um documento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, sim.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - E é isso que é a grande questão nossa do setor produtivo, a partir do momento que a APRON está presente, é documentar.

Então, assim, a gente tem que trabalhar. O fórum foi o primeiro momento, mas a gente focou na solução do problema e em buscar solução para os problemas. Porque assim, senão eu vou procurar alguém que é a galinha do... Assim, eu vou destruir, vou dar um tiro no meu pé, exemplo, assim, mas, porque eu tenho...

O próprio produtor veio aqui antes e reclamou que ele está sem opção de comercialização do produto do leite dele. Eu tenho que olhar a cadeia geral. Claro, tem que resolver os problemas e trazer soluções. Senão eu vou focar em um ente da cadeia e depois eu não tenho para quem eu vender ou eu mesmo, tipo assim: então vou focar lá, cooperativismo. Então vamos transformar isso em uma agroindústria para a gente agregar mais valor no nosso produto?

A SRA. DRA. TAÍSSA – Não, mas eu questiono...

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Agora, a resposta que você me pediu, eu já te dei. Tipo assim: relatos com os produtores você escuta, escuta, não há documentado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tem conhecimento sobre o estabelecimento de contratos de fornecimento de longo prazo com cláusulas transparentes de reajuste ou relação baseada em acordos verbais que mudam unilateralmente?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Isso eu não tenho conhecimento.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Então a relação de preços ali não é uma relação entre o produtor e a empresa ali, o laticínio. É uma relação que é alterada conforme as determinações do laticínio. É unilateral?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Não consigo te responder essa pergunta, porque isso aí mais é o produtor mesmo, direto.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Já participou de alguma reunião do Conseleite que estabeleceu os valores, as referências da matéria-prima?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Só como ouvinte.

A SRA. DRA. TAÍSSA – E como ouvinte, o senhor pode descrever como que funciona, como são as discussões durante a reunião do Conseleite, a metodologia que eles estabelecem, a transparência em relação aos valores de

referência e por que que vai ser aquele valor?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Tem duas situações. Como ouvinte, eu escuto o rito tradicional da reunião. Agora, se você quer saber qual é, assim, como é que a gente pode melhorar isso, é simples.

Nós estamos no Conseleite, é então a metodologia. Essa metodologia é a mesma metodologia que o Paraná, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, utiliza. Qual que é a diferença? Onde está a solução? É atualizar a versão nossa para a mesma versão do Paraná, para a versão do Minas Gerais.

Agora é assim, é uma discussão que a gente já teve interna. O que acontece? A gente não tem uma atualização porque o produtor às vezes está assim... Teve um pessoal em conjunto na reunião na qual surgiu um debate que era o seguinte: o preço de referência do produtor estava desatualizado.

Cabe, assim, no nosso entendimento como associação, até tem um encaminhamento interno nosso, de ofício, que as entidades que contratam a empresa têm que haver um estudo no contrato, ver por que a nossa metodologia está desatualizada na questão do preço de referência, que hoje eu só tenho, acho que, três categorias.

Então, hoje, se eu tenho um produtor que está programando produzir 5.000 litros em Rondônia, e ele tem um custo, uma composição de custo diferente de quem só produz em pasto, ou seja, um sistema simples rotacionado que não faz o uso de alimentação.

Então, assim, eu tenho que atualizar a metodologia nossa e, ao mesmo tempo, eu tenho que colocar um marco no Conseleite, que assim, como ouvinte, a gente não tem o poder de deliberar, mas cabe a quem é conselheiro deliberar ou verificar no contrato da empresa que presta serviço porque tem uma cláusula da Lei 9.610 autoral, tem proteção de patente e tudo, a que os Conseleites têm acesso. Mas, assim, basicamente, o que é? Atualizar a metodologia. E outra coisa: colocar que, todo mês, como vai ter referência de preço todo mês - não é isso? - todo mês que sair o preço de referência, seja atualizado o custo de produção todo mês.

E que a Emater, a Faperon, o Senar, o IFRO, a Unir, quem tem esses estudos do custo de produção do produtor, que seja informado todo mês, seja feita a mesma referência. Aí nós teríamos paridade, assim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. Então, na verdade, só para esclarecer mesmo como ouvinte, essas referências, essas atualizações, não são automáticas, não são informatizadas? É uma coisa mais manual?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Pelo que eu entendi da referência que eles montam, parece ser bem... Eu não entendo da metodologia, mas, a metodologia que eu assisto, que eles apresentam as planilhas que eles têm de resultado. Agora, de onde vêm os dados e como eles processam os dados, eu não tenho esse conhecimento. Aí quem é do Conselho que tem. A metodologia eu

não tenho acesso. A comissão pode ter, desde que, eu acho até que vocês para ter acesso, teriam que assinar um termo de compromisso que vocês não vão abrir metodologia. Acho que é isso. Mas aí, sim, é vocês buscando junto à empresa que presta esse serviço.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Tem conhecimento se os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite são efetivamente praticados pelos laticínios em relação ao mercado, de uma forma geral, ao mesmo ou menor? Ou o valor é menor em referência ao que foi estabelecido no conselho?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Aí vem duas situações. Tipo assim, tem o produtor que tem essa, essa disparidade da questão de volume e preço. Mas, o que chega é relato de que, às vezes, até nos grupos do setor, é que alguns produtores estavam recebendo abaixo do que estava no preço de referência. Houve relatos, sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - A CPI também apurou isso. Nós estivemos em Nova Mamoré e é bem comum os produtores falarem que o que está lá no Conselho, quando eles vão receber, é bem inferior ao valor.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - É, isso. Isso aí tem. Eu acredito que não há grande dificuldade de se comprovar, porque tem as notas que os produtores recebem.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eles entregaram algumas notas. Na sua percepção, os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite têm contribuído para melhorar o preço pagos ao leite e ao produto rural ou apenas para cumprir tabela, de que tem um conselho fazendo esse monitoramento?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Eu acho que seria pior sem.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas hoje a função efetiva consegue alcançar para melhorar ou não?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Eu acredito que ele tem uma metodologia e, se você conseguir trabalhar com todos os entes, trabalhando as engrenagens corretas. O Conceleite ele é o conselho, gente. A gente pode colocar e tirar. O produtor pode colocar e tirar quem ele quiser, são as federações que estão lá dentro. É um Conselho. Aí, lá dentro do Conselho, existe essa empresa que presta uma metodologia. Amanhã, Rondônia... a gente briga: por que que eu estou contratando uma empresa de fora? Se eu tenho o IFRO aqui dentro, se eu tenho a Unir aqui dentro? A gente pode produzir. Onde que está o problema nosso em Rondônia? É na capacidade de estar passando, atualizando o custo de produção, porque a maioria dos nossos produtores não detém um processo produtivo no qual nem ele sabe o custo de produção dele. Está faltando custo de produção. Aí eu tenho um produtor

que tem um custo de produção, mas aí, na hora que ele vai lá entregar o custo de produção, a metodologia não atende aquele custo de produção dele, porque está faltando o item do proteinado, está faltando o item do não sei o que lá, não tem o custo efetivo, o custo total de produção dele.

Então, assim, você entende que está tendo uma disparidade no processo? Que, às vezes, é só uma questão de ajuste para esse ponto.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. Mas aí eu te faço um outro questionamento. Há transparência do Conceleite, que para ter esse custo de produção para melhorar o preço, o produtor tem que estar armazenando nota? O produtor tem que estar armazenando nota do alimento, do milho, disso e daquilo, para que possa se precaver e conseguir toda essa documentação para dar know how para melhorar o valor dele?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Então, isso seria excelente. Agora, na prática, a gente tem um gap muito alto. O que seria mais fácil para a gente resolver isso? A Emater atende quase 5.000 produtores de leite com assistência técnica. Então ela tem o custo de produção desse produtor, já tem um referencial.

O Senar também, através da ATEG (Assistência Técnica e Gerencial), atende produtores rurais. Então ele tem um custo de produção desses produtores e divide, o que é interessante isso, baixo investimento, médio investimento, alto investimento.

Então eu já tenho. Eu não preciso botar o produto... Claro que seria fantástico esse cenário, eu ter um aplicativo lá intuitivo no qual o produtor comprou lá a ração, essa vai para o gado de leite, ele tirou a foto e automaticamente o sistema atualiza. Seria fantástico, gente.

Até fica como dica, tá? A gente ter o Estado trabalhando em uma ferramenta dessa junto com as instituições de pesquisa. Aí vem a transparência. Aí vem a transparência. Porque eu posso criar um aplicativo dentro do Estado, junto com as instituições de pesquisa, com as universidades, com o sistema de blockchain. Você, a qualquer momento, está vendo da onde veio a nota, quem está desse lado, quem que está do lado de lá. Aí você vai voltar para o Conselho e vai descobrir se essas duas partes, se o produtor e o empresarial, estão afim de topar essa correria, essa parceria, vamos colocar assim.

Esse é o que seria ideal, vamos colocar assim, tendo transparência total, você vê tudo e ninguém mexe. Você vê tudo e ninguém mexe.

Aí, onde a universidade entra? Onde o IFRO ou outras instituições entram? Pega esses dados, trabalham, daí vem a parte econômica, vem a parte de estatística e tudo, entrega o custo final.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor falou que o senhor só foi lá como ouvinte e não consegue dar transparência clara sobre a metodologia; mas como ouvinte, chegou a ser ventilado dados da Emater, como o senhor mesmo

falou que eles têm, dados do Senar para servir como parâmetro para essa questão dos valores do leite?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Na reunião que eu participei, ficou uma sugestão para que fosse pensado nesse processo, para atualizar esse processo do custo do leite.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas depois disso?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Aí eu não sei como que ficou, se já foi atualizado ou se não foi ainda.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor falou que na reunião que o senhor passou foi feita uma sugestão. Quando que foi essa reunião que o senhor esteve?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Não lembro agora.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Faz o que, uns seis meses, quatro meses?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Foi mais, foi no ano passado.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Ano passado. Já teve conhecimento de alguma reunião entre produtores e representantes dos laticínios fora do Conseleite, em que fora deliberado sobre estabelecimento de preço, divisão de mercado ou algo semelhante?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Não, isso não.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Na visão técnica da APRON, o senhor já falou que há falhas na metodologia, pelo cálculo e preço de referência. Vou perguntar só para constar. Na visão técnica da APRON, há falhas na metodologia do Conseleite para o cálculo de referência de preço?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – No contexto, eu acredito que teria que ser atualizada a versão nossa. Tipo assim, ter os parâmetros iguais à do Paraná, Minas Gerais e Mato Grosso, porque é a mesma instituição. Por que que lá está ok e aqui não? Qual é o diferencial? O que acontece de diferente em Rondônia, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul?

A SRA. DRA. TAÍSSA – A mesma empresa que faz a metodologia lá é a mesma que presta serviço aqui?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Isso. Por isso que eu estou falando que às vezes a gente está atacando uma coisa e talvez é outra.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Perfeito. Na sua percepção, os produtores de leite se sentem representados em condições de igualdade técnica e política dentro do Conseleite ou as grandes indústrias, o Sindileite, detêm o controle majoritário nas decisões econômicas do

Conselho?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – O Conselho já é paritário. Então, se há um consenso ali é porque há representantes de produtores que estão votando, porque só pode ser, aquele preço referência só sai se todos lá dentro forem a favor, se um for contra ele não aprova aquela resolução. Então, a qualquer momento os produtores podem estar, tipo assim, tem Faperon, tem Fetagro. Então, nesse contexto, de Conselho, eu não posso te dar essa percepção. Aí vem da percepção de fora, vamos colocar assim: se eu não tenho aquela instituição que está tendo essa clareza com os meus produtores, eu como APRON recebo percepções de fora. Aí a gente vai buscar o que é o cerne, onde está o problema, e atacar onde está o problema.

A SRA. DRA. TAÍSSA – A APRON já teve algum conhecimento de algum representante de laticínio - que tem aquelas ameaças diretas e as ameaças veladas -, que vai deixar de coletar o leite ou algum produto caso o produtor realizasse cotação de preço ou iniciasse algum tipo de conversa com as novas indústrias, novos compradores, tanto no Estado como fora do Estado? Porque às vezes a produção é tão grande que o cara pode buscar em outros Estados essa venda, só dando um exemplo.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Não, diretamente não. E se tiver a gente vai buscar o meio legal.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tem conhecimento de como funciona a logística da coleta?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Nesse documento que eu entreguei para a comissão, a CPI, traz justamente até um relato inicial do que a gente traz, essa questão dessa preocupação, no qual pode variar o custo, para vocês terem ideia, assim, em torno do custo de logística, entre R\$ 0,40 a R\$ 1,00 por litro. Você imagina isso, só logística? Sem colocar o custo do produtor, só de logística.

Aí nós vamos entrar na situação: qualidade de estrada, que vem governo, vem prefeitura. Então, isso tudo interfere. É responsabilidade de todo mundo nesse processo. Realmente é uma coisa que encarece o custo. A logística já encarece. Tem duas vertentes: encarece para a indústria e prejudica o produtor, porque se eu tenho um custo maior para buscar o seu leite, isso você deve ter escutado, vocês estão na quinta, sexta reunião agora, não é?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Acho que sétima, não é?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Sétima? Ah, décima reunião. Então, vocês já escutaram isso tranquilamente do produtor que está lá no final da linha, vamos colocar lá no São Francisco do Guaporé, lá no macaco, não sei o quê, lá perto do Guaporé, falar que ele recebe 40 centavos de diferença do outro que está em cima do

laticínio, provavelmente pode ter isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - O senhor tem conhecimento sobre discriminação de preço baseada puramente na localização, que é o que a gente está falando, qualidade de estrada - só para ficar registrado - ou seja, o laticínio paga menos para o produtor do que para o produtor A, produtor B, mesmo que o leite de ambos apresente o mesmo teor de gordura, proteína e volume?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Não, nesse formato aí não, porque aí você coloca eles em condições iguais. E se ele tiver isso e tiver um volume e tiverem... aí o laticínio vai... eu acredito que a indústria deve negociar diferente.

É só uma aquela questão do Conseleite, fica uma recomendação nossa aqui, está no documento, mas fica aqui, na hora que você perguntou da estrutura. Na estrutura colocar representantes do atacado e varejo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Para realmente a gente ter questão de mercado, não é?

Assim, quantos produtores da APRON têm conhecimento que abandonaram definitivamente a atividade leiteira nos últimos cinco anos, se houve uma debandada, sabe assim, de sair da atividade em razão dessa situação dos preços, dessa situação dessa falta de valorização; e se o destino das propriedades, migraram para outras áreas ou o produtor realmente desistiu e foi para a cidade?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – Olha, diretamente, assim, o relato direto de produtores... Assim, a APRON é recente. Assim, essa estrutura que a gente tem de APRON tem um ano. O que chegou para nós a gente já foi para trabalhar para ver como poderia melhorar para evitar justamente essa debandada. Mas há relatos de campo que realmente teve pessoas que abandonaram a atividade porque o custo era maior do que o que elas estavam recebendo.

Eu fui visitar, rodando pelo Estado, está ocorrendo uma situação no Estado, assim, fora desse processo. Rondônia, eu acredito que ela está passando por um processo de modernização da cadeia. Então, ao mesmo tempo que eu tenho produtores de 50 litros querendo desistir da atividade porque às vezes falta uma genética, não tem uma pastagem, não tem um sistema eficiente de produção; eu tenho produtores entrando altamente tecnificados no processo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, eu até vou dar como exemplo. Eu estive lá em União Bandeirantes e nós estamos com um produtor lá que está investindo quase três milhões e meio justamente na atividade leiteira para fazer boa parte confinada, com ar-condicionado para as vacas. A gente está vivendo justamente isso. Quem é pequeno está desistindo porque não está conseguindo agregar valor e quem tem poder econômico está fazendo grandes investimentos para fazer uma cadeia completa e ficar independente dos laticínios.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA – É, um produtor desse com 160 vacas está querendo produzir em torno de 160, 180, produzir cinco mil litros. Cinco mil litros são cem produtores de 50 litros. Você está vendo, quando a gente sai da... e se a gente vai olhar assim, a questão estrutural mesmo, nosso problema do Estado de Rondônia é estrutural em todas as áreas.

Então, eu não, ao mesmo tempo que eu tenho esse, ele está assumindo um risco gigantesco porque ele não tem estrutura para assim, eu digo, o Estado não dá estrutura para ele ter um negócio desse que você vê lá em São Paulo, Minas.

Ele, o dia que tiver um buraco na estrada ou a ponte que cair, ele que vai ter que ir lá resolver esse problema. E se o caminhão não for? Quem é produtor sabe que às vezes faltou. E, a energia? Faltou energia, se você não tiver um gerador, você perde uma produção dessa e o prejuízo é de quem? O prejuízo do produtor.

Nós temos o problema, acho que o encaminhamento legal da Comissão seria a questão da infraestrutura do Estado, que isso inviabiliza um pequeno, que é esse de 50 litros. E a assistência técnica. A assistência técnica consegue, dentro do processo dele, deliberar na genética, comida genética e como ele tem viabilidade para produzir. Se ele não quer crescer, ele continua com 50 dele, mas ele produz com qualidade.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. A gente vai finalizando aqui porque tem um memorando da Casa por causa do jogo para encerrar as atividades aqui às 16 horas, 16:30. Só para finalizar, o senhor tem mais alguma coisa que o senhor queira falar para nós como parlamentares, opinião legislativa, algumas instituições de governo que a gente possa fiscalizar e cobrar mais, para que a gente possa achar uma solução.

É claro que o senhor fez um trabalho, vai ser todo analisado, mas de uma forma, assim, simplista para falar aqui na CPI.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Lembrando que esse trabalho aqui é um trabalho que foi, você até vê a quantidade, que foi um trabalho feito no fórum. Nós tivemos diversas instituições que estiveram colaborando aqui, Embrapa, o próprio núcleo Girolando aqui de Rondônia, a Emater, Instituto Federal, a Idaron, Sebrae, Seagri, Sedec, Invest-RO, Sefin, Senar. Isso aqui foi um recorte daquele momento, e quem compilou e fechou foi a Faperon e a Fetagro, que a gente fez ali. Mas é um processo de construção conjunta.

Então, se for pensar no leite, qualquer área que for pensar na área produtiva, a gente tem que pensar nas instituições em um contexto geral. Não adianta eu chamar duas, três para tentar resolver um problema que é um contexto.

O foco aqui é mais o preço, não é? A questão do Conseleite, não é? Então, assim, no Conseleite, a metodologia, na minha opinião, é atualizar a metodologia, e quem contratou a empresa foi a Emater. A gente, então, tem, em tese, a Emater teria mais, hoje, mais propriedade

para falar de todo o processo da empresa. Agora, assim, o Conseleite, fica aquela indicação que está nesse material, foi construído a várias mãos.

E futuramente, a gente fortalecer para que todos os debates sejam a várias mãos, até com a decisão da própria Casa, porque lá atrás se desmontou um Fundo que foi conquistado durante... O Conseleite nasceu por causa de uma lei que foi revogada para destruir o Fundo, porque ele era um, tipo assim, um conselho que, em tese, criou-se para ter uma paridade entre o produtor e a indústria; e tinha um Fundo, no qual teria até o Condalron (Conselho de Desenvolvimento do Agronegócio Leite do Estado de Rondônia), que aí deliberaria sobre a questão da onde ia ser investido esses recursos.

Então, assim, eu acho que é até uma opção aqui restaurar essa, não sei, esse conselho paritário de instituições para a gente tomar decisões sobre o leite. Você vê, às vezes são 100 pessoas, 100 famílias que deixam de ter um recurso que, às vezes, é o que mantém elas naquele lugar. Ela só sabe fazer aquilo, ela vai para a cidade, ela vai fazer o quê? Vai ocupar um espaço lá que, infelizmente, vai inchar, não é? Periferia, para não falar outros nomes.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É isso mesmo. A saída da área rural é prejuízo econômico para o Estado e para o produtor, e também prejuízo social.

Mas a gente agradece, Dhiony, e parabeniza pelo trabalho que foi feito a várias mãos e pela preocupação em buscar uma solução, porque a maioria das pessoas só encontra os problemas. E eu acho que o foco é isso, é a CPI está tentando isso, achar uma solução a várias mãos também.

Ninguém aqui está atrás, nem eu nem a Deputada Cláudia, de nenhum protagonismo. A gente quer achar uma solução, porque ela sofre em Ji-Paraná e em todo o Estado. Eu também sofro lá na minha região com essa situação. Mas, de antemão, muito obrigada.

Vou passar agora para a Deputada Cláudia, se ela tem algum questionamento.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Dhiony, quero agradecer a participação aqui da APRON, representada por você. E, são muitos questionamentos aqui e cada um com as suas peculiaridades da realidade de cada entidade, mas só muda de endereço mesmo o problema. A gente é muito grato pela participação.

Temos ouvido aqui com muita atenção a todos que passam por aqui e ouvimos bastantes também produtores. E é esse retrato, infelizmente, esse retrato triste que a gente vive. Acho que é o momento de unir todas as forças para que possa haver mudanças.

Eu vou abrir rapidamente aqui. Tem on-line alguns deputados. Alguém que está on-line dos deputados deseja fazer algum questionamento aqui ao Dhiony, que representa a APRON? O Professor Otacílio está aqui com a gente também. Professor, o senhor quer fazer algum questionamento, alguma colocação?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Eu acho que o Dhiony colocou, acho que você falou que tem muito problema estrutural, mas tem problema também de comportamento dos agentes ali. Tanto é, você falou do Conseleite, que acho que vai ser muito debatido durante a CPI. Na verdade, o Conseleite, ele surgiu lá da primeira CPI que teve aqui nesta Casa, apesar de ter algumas deficiências na primeira CPI, até porque era um fato novo, era uma cadeia nova, ainda somos uma cadeia nova, mas você considera que ainda tem muito problema?

Por exemplo, a própria questão, que hoje são 60 dias para pagar, essa disparidade, e também falta de transparência de o produtor ter a segurança do preço que vai receber. Você acha que tudo isso acaba atrapalhando, como, dentro do próprio Conseleite, se - como você falou -, também é debatido. Mas, ou seja, além do problema estrutural, há também esse problema de relacionamento entre os agentes da cadeia. Está certo?

Então, eu acho que é algo de reconhecimento de que o Estado vem sofrendo com essa fragilidade de termos essas Linhas aí realmente com estradas não tão boas de qualidade.

Além de ser um Estado extenso, nosso Estado é muito extenso e nós temos várias bacias leiteiras, não é só uma. Antigamente era concentrado muito ali na região central, temos aqui em Candeias, a região de Nova Mamoré ali também, se tornou uma grande bacia leiteira, mas você considera também que há, e você pode destacar que tipo de falta dessa harmonia. Na minha visão, que a gente estuda muito a questão do Conseleite, já participei de reuniões também do Conseleite, é que ele veio, na verdade, para ser um agente ali até para tentar harmonizar esse relacionamento entre esses dois principais atores, que é o produtor e o laticínio.

Você considera também que há esse problema de relacionamento, esse problema de conduta por parte dos agentes? O que você poderia destacar nesse sentido?

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - É, eu acredito sim, é um processo que o de amadurecimento. E só de haver essa opção do debate, da conversa, ela é salutar, que aí a gente consegue resolver o problema. Tipo assim: olha, está acontecendo isso, isso, será que dá? Vamos trazer a melhoria? Mas a partir do momento que há sugestão da melhoria, ela tem que começar a acontecer.

Vamos dizer, você eu tenho uma, vamos dizer: "Olha eu não gostei, precisamos ajustar aquela situação lá." Aí você fala: "Não, beleza, vamos buscar um referencial." Buscou o referencial? Mas por que não ajustou? Há uma morosidade. O que eu acho que, é, falando como produtor, um pouquinho, porque assim, é muito difícil estar prevendo, eu não ter a previsibilidade do que eu vou receber.

Tudo, eu vou vender um boi para o frigorífico, a primeira coisa para eu vender, ele vai me falar o valor, mesmo que seja baixo do que ele está pagando para outros, ele vai me falar ali, na hora que eu ligo para ele: "Olha, vou te pagar à vista é tanto, com trinta é tanto, com não sei

quanto, é tanto”.

Por que o leite não pode ser assim também? Como produtor, o meu padraço e minha mãe tiram leite. Por que não pode ser assim também? Por que eu não posso saber por quanto que você vai me pagar meu leite nesse mês, antes? “Ó, à vista eu te pago tanto, a prazo é tanto, tanto é tanto.” O que impede? Você é economista. O que impede? A indústria tem previsibilidade dela. Por que eu, produtor, não posso ter?

Eu vou te entregar meu celular, toma aqui meu celular. Ou melhor, me vende, me empresta o seu celular aí. Me dá ele aí. Mas eu vou te pagar só daqui 30 dias, o preço que for viável dentro do processo. Eu que estou comprando seu celular. Então eu que vou pagar.

Então, assim, eu acho que não há... Como é um diálogo, um processo de construção, mas, “Cara, paga, dá um referencial, mas um referencial, e vamos trabalhar esse referencial para que ele traga a previsibilidade orçamentária para o produtor e vamos descobrir onde, e o que que dificulta isso.”

Por que eu não consigo dar um referencial? Tipo assim: à vista, no final dos 30 dias é tanto. Ou senão, um preço diário. Pronto. Todo dia teu leite tem um preço. “Ah, que é difícil calcular.” Não, mas todo dia. “Beleza, vamos fazer.” Todo dia, todo dia o leite pinga, é igual o ovo da galinha. Todo dia um ovo um ovo, não é? Todo dia você vai tirar leite. Preço diário do leite.

É mercado, vamos fazer. É igual o pessoal queria criar o preço referencial no mercado do leite, não é? Para ter a questão do trading, entendeu? Não, mas entendeu? Porque diário. Você vai vender o seu hoje, eu estou pagando R\$ 1,00 ali, amanhã, R\$ 2,00, R\$ 3,00, R\$ 4,00, por que não é diário, não é à vista?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS - Correto.

O SR. DHIONY COSTA E SILVA - Você tira leite todo dia. Eu tiro leite todo dia. Eu não, não é? Meu padraço, porque eu estou aqui, mas...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo, Dhiony. Mas eu agradeço a participação. Nós estamos com a nossa hora assim já um pouco, passando rápido aí, principalmente, por conta do jogo e esse papo aqui, a gente tem muitas informações e que são muito pertinentes pelo momento que a gente está vivendo, e justamente, conduzindo esse trabalho aqui dentro da Assembleia.

Agradeço grandemente a sua contribuição, a disposição em participar e pode ficar à vontade, pode se quiser ficar sentado aqui, agora, a gente vai chamar mais uma um representante de organização para ser ouvido.

Quero agradecer aqui o Jabá que sempre tem participado das atividades da CPI, seja bem-vindo.

E agora, quero convidar o senhor Edmar Gomes Ferreira, que é Presidente da Associação Girolando, que está aqui conosco, pode se dirigir aqui, junto conosco.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Deputada Cláudia, eu só peço a gentileza da senhora conduzir inicialmente, quinze minutinhos, que eu ainda não almocei. Só para eu ir no gabinete almoçar. Obrigada.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Vai lá minha amiga, a gente aguarda.

Edmar seja muito bem vindo aqui, mais uma vez, dando a parcela de contribuição, e a gente fica muito agradecido pela sua disposição. Eu sei que você veio de longe para estar aqui conosco, e nós vamos iniciar aqui, e o nosso tempo está curto, e vamos já para os questionamentos. Na condição de Associação representativa de pecuarista da raça girolando em Rondônia, a associação tem conhecimento de como é estabelecida a negociação do preço do leite junto aos produtores e as unidades do beneficiamento do leite em Rondônia?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Temos, sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tem, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Temos.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Rondônia, a partir da instalação do Conseleite, definiu um valor mínimo a ser remunerado ao produtor. E, sobre esse valor, tem as negociações à parte. É assim que se negocia o leite em Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exato. Os produtores entregam a produção já sabendo o valor que vão receber ou só sabem o valor quando chega o pagamento?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Isso não é privilégio de Rondônia, é do Brasil.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Infelizmente, não é? A gente vende um produto sem saber o preço que vai receber por ele.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Eu acho que é o único produto que se vende sem saber quanto vai receber.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Exatamente. Tem conhecimento sobre diferenças de preço pago aos produtores entre laticínios em razão do porte e também em relação ao registro SIM, SIE, SIF? O laticínio que possui SIF tem pago valores diferenciados ao produtor? Isso tem acontecido na prática ou o preço é padronizado?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Padronizado. O que define o preço em Rondônia são, basicamente, três parâmetros: quantidade, volumetria, CCS (Contagem de Células Somáticas) e CBT (Contagem Bacteriana Total). Uma tem a ver quanto de leite você produz por dia, e os

outras duas tem a ver com os contaminantes do leite, tanto do ponto de vista de bactérias quanto do ponto de vista de sujeira. São essas três referências em Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. O senhor, como representante da entidade, acredito que também seja membro do Conseleite, não é isso?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Recém-nomeado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Olha aí, importante.

Já participou de algumas reuniões do Conseleite que estabeleceram os valores de referência da matéria-prima leite?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Tenho, sim. Tenho participado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sendo positivo, como o senhor pode descrever as discussões durante as reuniões do Conseleite, a metodologia de estabelecimento dos valores de referência e outras informações que julgar relevantes? Como tem sido essa experiência para o senhor como representante da entidade?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Deputada Cláudia de Jesus, a CPI veio de um ofício encaminhado pela Girolando à Assembleia. Nós pedimos a CPI, porque o brasileiro só sabe trabalhar com crise. O brasileiro não sabe ser previdente, não sabe mexer com planejamento. Então, nós aproveitamos a ocasião da crise para suscitar o debate.

Por via de regra, temos o costume de sermos simplistas nas avaliações dos problemas e também nas avaliações das soluções. Qual é a minha grande preocupação com uma CPI, com uma comissão? É de nós nos entrincheirarmos na defesa do produtor em detrimento da indústria e temos que achar um culpado. E nem sempre o culpado está de um lado ou do outro. Às vezes, o conjunto é o culpado.

Essa foi a primeira proposta quando nós propusemos a CPI, porque nós sabíamos que isso trazer uma mobilização social. Como estava a crise do leite, eu disse aos produtores e ao pessoal da Assembleia, perguntaram para mim se a gente teria condições de levar pessoas para aquela audiência pública, eu disse: "Quantas pessoas a gente pode levar?" E ele falou: "Umas 200." "Vou levar 400." E levamos as 400 pessoas. Mas não pense que foi mérito nosso. Foi mérito do não preço do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Porque, se o leite estivesse sendo remunerado a R\$ 2,80, seguramente não tinha dois produtores lá. Não significa que a cadeia estava boa, não significa que a cadeia produtiva do

leite estava funcionando, porque a seis meses antes, estávamos recebendo R\$ 3,10 pelo litro de leite. E ninguém reclamava de laticínio, ninguém reclamava do Conseleite, ninguém reclamava de estrada. Ninguém. Então, por que mudou? Porque começou a remunerar pouco.

É um problema sistêmico, porque falta política de Estado. Porque nós não paramos para pensar soluções de forma perene, de maneira que resolvamos algo para hoje, para nossos filhos e para nossos netos. E só política de Estado resolve isso.

Então, quando nós, como associação, provocamos o debate, foi porque queríamos sair desse campo raso do negócio.

Por exemplo, o Conseleite. Todo mundo acha que quem define o preço do leite é o Conseleite. E não é. Quem define o preço do leite é a Câmara Técnica. É a Câmara Técnica que vai discutir as tabelas de custo, tanto de custo de produção, custo de mercado e da capacidade de produção da indústria.

E eu não sabia disso também, Deputada Cláudia de Jesus. Para ser bem honesto, vou falar para você, eu não sabia. Como qualquer outro produtor, eu vivia chateadíssimo com tudo, porque, em todas as reuniões do Conseleite em que eu aparecia, parecia que as pessoas estavam lá defendendo a indústria, porque eu não tinha conhecimento.

Quando fui tomar conhecimento, descobri que o Conseleite só chancela o que foi definido pela Câmara Técnica. E tanto a Câmara Técnica quanto o Conseleite são paritários. Não existe esse negócio de a indústria ser mais forte ou o produtor ser mais forte. É paritário.

Agora, qual que é a diferença? A indústria está lá com seus funcionários, com os holerites pagos, custeado, tudo certinho.

E nós produtores? Para estar lá, eu para estar aqui hoje deixei minhas empresas, deixei meus negócios para estar aqui hoje. Não tem remuneração para isso. E o brasileiro é extremamente egoísta. Você acha que ele vai parar? Às vezes nem financeiramente ele não pode fazer isso. Ele parar para discutir na Câmara Técnica? Então pasmem, o último reajuste que nós tivemos do custo de produção de leite no Estado de Rondônia foi em 2023.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Muito tempo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Estou falando de três anos atrás. Tudo mudou, tudo inflacionou, mas o custo de produção do leite não.

Então, o problema do Conseleite não é a metodologia. Como é a metodologia da Faculdade do Paraná? Dá certo no Paraná, no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Minas Gerais, Mato Grosso. Não, em Rondônia, não. Rondônia é o patinho feio da história. Não. É porque, por exemplo, o Conseleite do Mato Grosso, e aqui eu quero te fazer uma sugestão, quem ajuda a Câmara Técnica a validar custo de produção é o IDEA, o instituto deles de pesquisa, que dá certo.

Então, o Estado oferta um profissional da área para

validar o custo de produção do produtor de leite, porque a indústria não precisa. A indústria, claro, é mais fácil, ela é 100% organizada. Todo o custo de produção na indústria é via nota fiscal. A Folha de Pagamento dele, já está tudo lá informado para o Estado. As notas fiscais, está tudo informado. Então quer dizer, é só ele filtrar os dados e entregar na Câmara Técnica do Conceleite. Óbvio que eles vão atualizar mensalmente os custos dele. E nós? Nós ficamos assim.

Você está por aí fazendo Audiência Pública, com certeza você teve muita dificuldade de achar produtor disponível para vir falar com você. Não é porque não quer falar, porque não pode. Ou ele vem aqui ou ele vai tirar leite. Se ele vier aqui, quem vai tirar o leite da vaca? Ninguém. Vai passar fome.

Então, o problema não está na metodologia da universidade. O problema está na forma que não se alimenta os dados do lado do produtor. Então, óbvio que se a gente não tem tempo para ir lá e disponibilizar preenchimento de planilha para atualizar preço, vai ficar desatualizado. Aí quem é culpado é a metodologia? Não. É o mecanismo que precisa ser melhorado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Nessa fala do senhor, Edmar, há alguma providência, por exemplo, quanto ao Conceleite, quanto aos participantes sobre essa atualização, esses levantamentos atualizados, haja vista então que a última atualização foi em 2023? Foi cobrado algo nesse sentido? O senhor tem conhecimento? Você tem algo?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Sim, eu sugeri que nós pegássemos os técnicos da ATeG (Assistência Técnica e Gerencial), que é a Senar, pegássemos os custos que eles têm nas mãos e pegássemos os custos da Emater. Nós temos hoje três faixas de produção de leite: 25 litros, 100 litros e acima de 200 litros.

Então, conforme meu amigo disse, a APRON, nós não temos faixas superiores. E se você for perguntar do ponto de vista de custo de produção de leite, a faixa superior, ela abaixa o custo de produção. Ela não aumenta, porque se você tem volume, logo você dilui custo. Então se fôssemos apenas para falar assim: a metodologia, porque só contempla três faixas, é prejudicial ao produtor? É o contrário, ela é benéfica ao produtor. O que está errado é que não se atualiza o custo, porque não tem produtor disponível para atualizar o custo. Não é porque o Conceleite, a professora, não, não tem nada a ver com isso. É porque ninguém vai lá atualizar o custo e ninguém discutia, ninguém brigava. Eu entrei e estou pedindo: nós vamos ter que atualizar esse custo agora. Nossas reuniões hoje, o debate é sempre esse. E eu também não sabia, viu, Deputada Cláudia? Assim, nós somos em oito, hipoteticamente, o custo é esse, tem que ter 100% de aprovação. Não é assim: a indústria tem seis e nós temos quatro. Não, é quatro e quatro. Se não tiver 100%, não tem aprovação. Então, não tem esse desnivelamento, entendeu?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo, entendi. O senhor tem conhecimento se os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite são efetivamente praticados pelos laticínios em relação ao mercado, de uma forma geral?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Era até no ano passado. Porque se vocês pegarem lá no Conceleite, não sei se você lembra dessa tabelinha, eu até trouxe aqui para a gente lê-la. Funciona assim: três valores de pagamento: menor valor de referência, valor de referência e maior valor de referência. O menor valor de referência é para quem produz 25 litros. O valor de referência também é para 25 litros. E o maior valor de referência é acima de 100 litros. O que os laticínios deliberadamente e de forma unilateral fizeram? Todo mundo que produzia até 100 litros vai receber o menor valor de referência. Por isso que vocês estão escutando muita reclamação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Porque eles fizeram assim e mudaram a regra do jogo sem combinar com os jogadores.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Então, o erro foi esse, deles. Eles erraram e erraram muito. Então quem entrega até 100 litros hoje recebe o menor valor de referência. E não era assim antes. Quem entregava acima de 50 litros ou acima de 100 litros, eles recebiam o maior valor de referência. E não é mais assim a regra do jogo. Isso eles fizeram deliberadamente e ninguém supervisiona isso no Estado de Rondônia.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Isso é preocupante, porque é algo que penso que talvez poderíamos retomar isso daí, esse debate, esse diálogo, principalmente, mediante o que está acontecendo agora, essa crise, não é?

Na sua percepção, os valores de referência estabelecidos pelo Conceleite têm contribuído para melhorar os preços pagos do leite aos produtores?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É só a gente lembrar como era remunerado o leite antes do Conceleite em Rondônia. Antes do Conceleite era na época de se jogar leite na porta de laticínio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - O valor de referência do Conceleite foi uma das coisas que ajudou a salvar o pouco que tem. Porque nós tínhamos, a média de captação de leite em Rondônia há 12 anos eram 4 milhões de litros/dia. Hoje nós estamos em 1 milhão e meio.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Uma queda

enorme, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Você sabe o que significa isso em reais, o que deixou de circular no Estado de Rondônia? É só fazer um cálculo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Em milhões, vezes a quantidade de litros de leite e do valor do litro de leite/dia. Vezes 30.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Um prejuízo enorme. Um retrocesso, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É política de Estado. Não tem política de Estado, o estado está perdendo. O Estado não parou para pensar: a culpa não é do laticínio. A culpa é do conjunto da obra.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É do produtor, do laticínio, é do Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na opinião do senhor, então, o Conseleite veio para contribuir com a cadeia produtiva. Ele tem ajudado, tem sido importante.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Todos os Estados que não têm Conseleite não têm leite. Porque é inviável a produção de leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Às vezes o que está acontecendo, pelo que a gente viu nas falas, é a ferramenta que às vezes não está sendo utilizada conforme o necessário. Às vezes a própria fiscalização ali para cobrar, para o debate, para se ajustar que não está sendo conduzida da melhor forma.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É isso. Você tem uma planilha Excel no seu computador. Se você não alimentá-la, ela vai atualizar sozinha? É o que está acontecendo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Existe de forma correta, mas ninguém alimenta. E a universidade, é uma coisa importante vocês saberem, eles são proibidos de deliberadamente majorarem a tabela. Eles só podem manipular a tabela com os dados ofertados pela indústria e pelo produtor. Eles não podem fazer isso deliberadamente. Muitos acham que pode. E não pode. É contratural isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Então somos nós que não estamos atualizando, eles. E estamos falando mal

deles. É como assim: o sujeito está com febre, vamos quebrar o termômetro?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E assim, como é que o senhor tem avaliado essa representatividade hoje dentro do Conseleite, mediante esses fatos que estão acontecendo hoje? Tem sido uma participação efetiva, de fato? Ou o senhor acha que lá atrás alguém deixou a desejar em alguma discussão nas cobranças?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Com certeza deixou a desejar. Porque assim, não está tendo crise, isso é do brasileiro. Se não está tendo crise, ninguém se mexe.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - O brasileiro só se mexe na crise. Fulano de tal bateu na criança: a Lei da Palmada. Vem cá, mas a vida inteira, bateram; por que não parou para pensar nisso antes? Para precaver, para anteceder o mal? Então, eu espero que a CPI nos ajude a encaminhar documento que cure o problema, que minimize o futuro. Não resolva só o presente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor pode, nas suas falas também, tudo aquilo que for de indicação para encaminhamentos, pode estar relatando que tudo vai ficar dentro do processo para que a gente possa fazer encaminhamentos.

Nós estamos fazendo um processo de investigação, mas eu acho que uma das coisas mais importantes para a cadeia produtiva que vai acontecer dentro dessa CPI é esses encaminhamentos que são propostas de fortalecimento.

É óbvio que é um grande desafio porque são propostas de políticas públicas, são propostas aí para diversos espaços: governamental, não governamental, que a gente sabe que vai depender dessa movimentação de todos os entes aí para poder estar acompanhando.

Mas eu acho muito louvável. O senhor falou muito bem que, sempre, das crises, surgem muitas oportunidades. E eu acredito muito que pessoas responsáveis, nos seus espaços, elas têm toda a condição de contribuir.

Então, se tiver algumas coisas o senhor pode ir falando, que vai estar sendo tudo registrado dentro desse processo da CPI para depois a gente emitir o relatório. Na sua visão, os valores de referência estabelecidos pelo Conseleite buscam atender a demanda dos atores que compõem o Conselho?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Acho que sim. Porque a visão de preço é uma coisa muito, às vezes ela é muito limitada. Porque quem determina preço não é a indústria, é o mercado. O mercado é soberano. Se o mercado fala que não tem disposição de pagar porque é a Lei da oferta e da procura, ninguém paga. Vai fazer o quê?

Então, o Conseleite tenta moderar isso. Eu entrei agora para poder ajudar, porque eu era um desses brasileiros omissos do ponto de vista do leite, e eu, se fosse

depende apenas da minha realidade de entrega de leite, talvez não estaria aqui reclamando, porque eu tenho negociações particulares, pessoais, pelo volume que temos, pela qualidade do leite, mas eu estou aqui em detrimento até da minha jornada de trabalho para poder ajudar socialmente. Quero contribuir socialmente. Para poder ver se a gente melhora isso, porque o meu desejo é fixar o homem do campo no campo, vê-los tendo uma vida um pouco mais digna; poder, daqui a uns dias, começar a rir. Por que a gente ficava reclamando de 25 litros? A gente está entregando 100. E 100 é pouco. Vamos chegar nos 200? Então esse é meu sonho como brasileiro, como cidadão, entendeu?

Então, eu quero dar contribuição como entidade para a gente poder melhorar a cadeia produtiva. É mais do que achar culpados, é acharmos soluções. Isso que nos importa muito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Já teve conhecimento de alguma reunião entre produtores e representantes dos laticínios fora do Conceleite em que foi deliberado sobre estabelecimento de preços do leite, divisão de mercado ou algo semelhante?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Não. Nunca tive, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo. Na visão técnica da associação, há falhas na metodologia do Conceleite para o cálculo do preço de referência? O senhor acha que há essa falha?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Se a metodologia serve para os principais Estado produtores de leite do Brasil, é a mesma metodologia usada para os campeões de produção de leite do Brasil para precificar o leite lá. Por que só Rondônia dá errado? Nós não estamos fazendo a nossa parte. Nós contratamos uma ferramenta e não sabemos usar, não estamos usando essa ferramenta.

Deputada Cláudia, a universidade ficou no, não sou advogado deles, inclusive eles ficavam bravos comigo. Nas primeiras reuniões fui muito ácido com eles, inclusive, porque eu precisava entender o que estava acontecendo. Na minha visão, eles eram funcionários da indústria, então eu precisava entender. E eu percebi que eles são pessoas do bem.

O que acontece? Eles trabalharam 9 meses para Rondônia sem receber, sem contrato com o Estado de Rondônia, e com verba, com dinheiro, mas faltava iniciativa do Estado para poder fazer uma licitação, para poder contratá-lo. E mesmo assim, todo mês estavam os dois lá, deixando a universidade, para poder servir a gente, para poder abençoar o produtor de leite do Estado de Rondônia.

Então, eu não vejo má-fé deles. Nós não estamos sabendo usar a ferramenta. E eu repito: eles não podem, por contrato, manipular tabelas sem dados oficiais, ou seja, dados oficiais da indústria e dados oficiais do produtor de leite. Então, por isso, nós estamos sugerindo que tanto o Senar, pela ATeG, pela Faperon,

quanto a Emater, abasteçam-nos mensalmente, até a gente arranjar algum órgão do Estado que pudesse nos ajudar nesse sentido, para poder, de pronto, ofertar isso, fazer as coletas do Estado, que tem os dados.

Agora precisava colocar esses dados em um lugar só para ofertar isso mais facilmente para as nossas reuniões da Câmara Técnica, para a gente poder melhorar e agilizar mais esse processo, ok?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Essa sugestão do senhor é bastante importante. E essa metodologia hoje é uma única aplicada em todos os Estados que têm um Conceleite?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Invenção deles. Eles inventaram essa metodologia de cálculo do preço do leite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E é a mesma?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É a mesma, é a mesma. O que está errado é a desatualização.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A planilha do Conceleite capta fielmente a disparidade dos custos de insumos em Rondônia, em suas diversas regiões, ou a fórmula é enviesada para proteger a margem de lucro das indústrias? Na opinião?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Impossível. São duas planilhas distintas. Existe uma planilha da indústria que o produtor rural não tem acesso. Existe a planilha nossa de produtores rurais que a indústria não tem acesso. Então é impossível uma coisa conflitar com a outra. Elas compõem os dados para sair o preço do Conceleite. Então, elas não são conflitivas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na sua percepção, os produtores de leite se sentem representados em condições de igualdade técnica e política dentro do Conceleite? Ou as grandes indústrias, Sindileite, detêm o controle majoritário das decisões econômicas do Conselho?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - De hipótese alguma. É paritário, a mesma quantidade.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - O senhor não vê isso acontecer?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - De hipótese alguma. Na minha presença, e eu estou lá agora como conselheiro, de hipótese alguma.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. A Associação tem conhecimento se algum representante de laticínio já ameaçou deixar de coletar o leite de algum produtor, caso o produtor realizasse cotação de preço ou iniciasse conversas com novas indústrias ou compradores interestaduais?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Recortes, Deputada Cláudia, fazem mal para a gente. Nós estamos pegando um recorte atual. Qual que é o recorte atual? As indústrias não estão disputando o produtor de leite. Hoje é o recorte atual. A nossa maior indústria de Rondônia tem a capacidade de processamento de 1 milhão e 400, 1 milhão e 500 mil litros/dia. Ela coleta 700 mil. Então não tem leite em Rondônia, nem para ter essa briga. As pessoas estão brigando por um produto inexistente. Não existe leite em Rondônia.

Como é que você vai brigar por uma coisa que não tem? Um produto que não existe? Daqui uns dias não vai ter indústria. Se a gente não melhorar a bacia leiteira de Rondônia, daqui uns dias não tem indústria. Vocês podem escrever o que eu estou falando. Não vai ter indústria.

Por que nós temos JBS em Rondônia? Por que nós temos Minerva em Rondônia? Porque eles amam Rondônia? Não, porque nós temos 18 milhões de cabeças de gado. Por isso. Nós temos 1 milhão e meio de habitantes e 18 milhões de bois. Então tem que ter, os principais players do mundo vão estar aqui.

Agora, você, qual a sua produção de leite/dia? "Ah, é 1 milhão e meio". Quem vai vir aqui?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Exato. O que nós fomos e o que nós somos hoje, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - O que fomos? Quatro milhões há 12 anos, você imagina?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E tem sido uma queda constante. E quando a gente ouve aqui cada um, a gente vai vendo que são situações que vêm acontecendo; e como não se toma iniciativa para ir sanando, cada dia as pessoas vão se desanimando, se desestimulando da atividade.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Da atividade. E assim, Deputada Cláudia, e qual é a grande solução que eu vejo nos debates? É o "nós contra eles". Você tem uma moeda de R\$ 1,00 ela tem duas faces. Ela só tem valor de R\$ 1,00 porque tem duas faces.

Nós, como associação, estamos lutando para poder mostrar, gente, nós somos da mesma cadeia produtiva. Produtor quebrado, indústria quebrada. Indústria quebrada, produtor quebrado. Se nós não nos ajudarmos, nós vamos quebrar a produção de leite do Estado de Rondônia, mais do que já conseguimos.

Nós temos que parar com essa conversa "nós contra eles".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Exato. Não é, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Nós temos que juntar as forças. Como é que vamos fazer para resolver o problema?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Porque é preciso valorizar o produtor, e é preciso haver esse respeito. Ninguém está aqui para falir nenhuma empresa. A gente quer que todo mundo se dê bem.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Vamos ganhar dinheiro junto?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Agora, nesse momento, a gente visualiza que os nossos produtores estão sendo muito prejudicados, mas eu acho que é justamente isso: os laticínios e os produtores precisam colocar sobre a mesa. O que é possível fazer para nós resolvermos nossa situação hoje, todo mundo ganhar e ser respeitado?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Eu tenho lutado pela política do ganha-ganha. E eu, me sinto muito confortável porque eu sou produtor. Eu não tenho indústria de laticínio. Eu sou produtor de leite, eu vivo de produção de leite e de genética.

Então, eu tenho muito conforto para dizer assim: gente, vamos parar com esse negócio. Nós somos fruto do mesmo produto. Se nós não tivermos indústrias fortes e produtores fortes, esquece Bacia Leiteira do Estado de Rondônia.

O que nós podemos fazer para isso? Por conta disso, Deputada Cláudia, nós tomamos a liberdade de propor, e eu queria deixar protocolado com vocês, o que nós denominamos de Fundo Garantidor do Leite. O que é o Fundo Garantidor do Leite, Deputada Cláudia? Funcionaria como? Eu vou dar uma síntese para vocês entenderem.

Nós tínhamos aqui, por exemplo, o Fundo Proleite. O Fundo Proleite, isso foi uma coisa que para mim, Daniel, foi uma surpresa. Em uma reunião nossa com a Fiero (Federação das Indústrias do Estado de Rondônia), com o Governo do Estado, com a Assembleia Legislativa, que foi aqui no gabinete do Deputado Alex, nós discutindo a cadeia produtiva do leite, o Presidente do Sindileite disse assim: "Nós nunca conseguimos aprovar um único projeto da indústria para usar o Fundo Proleite". Nunca. Todo o Fundo Proleite sempre foi usado para pagar a Rondônia Rural Show, para fazer não sei o quê, comprar carro, fazer aquilo. Nunca foi viabilizado um único projeto para a indústria láctea.

Nós, como associação, protocolamos um projeto. Pergunta se foi aprovado? Não foi aprovado também. Aí eu fiquei: "Não, é um problema conosco, está achando que nós somos, nós estamos defendendo uma coisa, outra elite." Aí o seu Carlinhos da Fetagro (Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultora Familiares do Estado de Rondônia): "Não, Edmar, o nosso projeto também eles não aprovaram."

Então, gente, não era uma questão, era questão de gestão mesmo, era para não usar o dinheiro. O dinheiro ficou lá até transferirem a sua totalidade para a Emater, e não fazerem o uso devido ao dinheiro. Então, nós estamos propondo a criação de um novo fundo, o Fundo

Garantidor do Leite. Como é que funcionaria isso? Simples demais da conta.

Nós vamos captar o dinheiro do ICMS de importação de produtos lácteos, 0,2% do FIDER (Fundo de Investimento e Desenvolvimento Industrial do Estado de Rondônia), hoje, e 0,6% do ICMS, que vai para os municípios.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Tudo isso consta na proposta de vocês?

O SR. EDMAR FERREIRA – Está constando na proposta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Excelente.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - O Fundo Proleite, nós vamos criar um fundo. Cria-se esse fundo, esse fundo serve para quê? Para salvaguardar o produtor de leite e a indústria de leite.

Qual é a capacidade de pagamento da indústria? R\$ 1,00. Qual é o custo de produção/litro do produtor de leite? R\$ 1,20. Nós temos um gap de R\$ 0,20. O Fundo vai custear os R\$ 0,20 depositados na conta corrente do produtor de leite, para que nesses momentos de crise a gente continue abraçado e a gente passe a tormenta.

Hoje ninguém discute preço de leite. Por que não discute preço de leite, hoje? Porque melhorou para todo mundo. Mas vem cá, e daqui dois meses? Como é que nós estaremos?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Já houve uma melhoria, não é, dos preços?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - E daqui três meses? Então a proposta é essa: o fundo poder custear o produtor com dinheiro na conta corrente dele, todas as vezes que o custo de produção dele, for maior do que a capacidade de pagamento da indústria. Assim a gente preserva as duas pontas. A gente preserva o produtor e a gente preserva a indústria para que eles venham continuar querendo investir no Estado de Rondônia, para que a gente cresça desse ponto de vista também social. Porque eu acho que o leite é o único produto, hoje, agrícola, que tem capacidade de fixar o homem do campo, no campo, com dignidade e com dinheiro mensal na conta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Tem conhecimento sobre discriminação de preços baseado puramente na localização e qualidade de estradas?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Tem conhecimento sobre discriminação de preços baseados também na quantidade ofertada ou fornecida pelo produtor de leite?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Isso está explicitado na tabela do Conseleite. Se ela está explicitada é porque

a quantidade, o quantitativo, vai influenciar diretamente na bonificação do que se paga do leite, está lá, 25 litros, 100 litros.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Na opinião do senhor, o senhor acha que é correto isso que o Conseleite está fazendo hoje? Essa disparidade, quer dizer, eu produzo menos, eu ganho menos, eu produzo mais, ganho mais ou o senhor acha que teria que ter um equilíbrio pelo preço, mas assim, se eu produzo mais eu posso ganhar um pouquinho mais, tem que ter um preço de mercado, não é? Esse valor, um exemplo.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Então vamos pensar nós dois aqui. Se nós temos um sonho de voltar a produzir quatro milhões de litros, a gente vai fazer isso incentivando o cara a produzir pouco? E como é que eu faço para incentivar você a produzir mais? Você é um funcionário que trabalha em uma empresa. Se você produzir mais, você ganha mais, se você produzir menos, você ganha o mesmo tanto. Então, o valor mínimo, é o valor mínimo, não é o único. Você quer ganhar mais? Produza mais.

Vamos pensar em 25 litros, que é o menor. Vinte e cinco litros são duas vacas de leite, médias. Se ele tiver uma vaca de leite boa, já são os 25 litros. Será que custa demais ele colocar a segunda vaca do lado? Aí vem as políticas públicas que eu falei, que são muito mal geridas. Então, o problema não está no quantitativo. Está na falta de gestão para esse quantitativo ficar tão irrisório que o próprio produtor diz assim: "Misericórdia, eu não tenho coragem de entregar só 25 litros não, porque eu quero ganhar mais. Eu quero ser melhor remunerado." Eu acho que nós temos que mudar a percepção dos valores ali de referência. Eu quero que ele ganhe mais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Se tivesse um valor que, de fato, cobrisse o custo, eu acho que hoje para um pequeno produtor não ficaria no prejuízo. O problema é que hoje estão pagando um valor menor para quem produz menos, e que não cobre o custo, não é? Isso que é muito complicado. Então, penso que tem que ter um valor que cubra, de fato, o custo.

E aquele que produz menos, ele só produz menos porque está em uma condição também delicada. O que eu mais ouvi nesses dias, e que a gente fica bastante preocupado, é o relato de muitas pessoas. Eu ouvi isso em Nova Mamoré, uma senhora que produz leite em grande quantidade: "Olha, eu estava com financiamento aprovado, uma série de coisas, mas eu tive que parar", porque hoje não quer dizer que se eu aumentar o meu número de cabeças de gado que produz, gado leiteiro, melhorar a genética, que eu vou ter um preço. O que eles querem é essa garantia. Eu vou fazer o melhoramento, eu vou investir em tecnologia, mas vou ter um valor pelo litro de leite que cubra o custo.

E eles não estão tendo essa garantia, não é? Então, realmente, a gente tem muito o que construir. Quando a gente começa a conversar, vê que é muita coisa para

se debater.

Quantos produtores a associação hoje tem conhecimento que abandonaram definitivamente essa atividade leiteira nos últimos tempos?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Vinculados à Girolando, nenhum.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Estão todos firmes.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Com a Girolando, vinculados conosco, à associação, nós não temos nenhum abandono.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - E a turma não pretende também mudar.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Ao contrário. Eu estou querendo, estou criando, que é um spoiler para você, a Girolando Rondônia, uma grife de genética de girolando produzida no Estado de Rondônia.

Nós queremos fazer de Rondônia uma referência de genética de girolando, não apenas para Rondônia, mas para o norte do Brasil. E vamos abastecer todos esses países circunvizinhos nossos. Esse é o nosso sonho. Nós queremos solução. Problema já temos demais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não. A fala do senhor anima muito. Eu acho que a gente tem que fazer esse movimento em prol da cadeia produtiva do leite.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Deputada Cláudia de Jesus, ninguém ganha dinheiro vendendo lágrima, mas ganha dinheiro vendendo um lenço. Eu quero vender lenço.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É isso aí.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Não tem jeito de fazer dinheiro com lágrima.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É isso mesmo. A associação tem informação sobre o custo médio atual da produção do litro de leite para os produtores e qual tem sido a margem líquida?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Temos, sim. Custo médio é uma coisa interessante, porque, às vezes, o produtor de leite coloca no custo de produção do leite dele o sal que deu para o bezerro que está lá engordando para matar.

Às vezes, ele coloca no custo do leite dele 100% da energia dele, a que usa no curral e que usa na casa. Então, não sabe fazer conta do custo de produção do leite, verdadeiramente do leite.

Então, eu sempre brinco assim: Rondônia é o único lugar do mundo que eu escuto falar, do Brasil pelo menos que eu escuto falar, mal de leite. O sujeito criou a família, pagou o mercado, pagou a farmácia com leite. Eu tenho falado com os nossos produtores, com os associados

assim: "Gente, se nós não mudarmos o nosso discurso, o êxodo rural está aí. Que filho vai querer continuar na roça se o pai fala mal da vaca de leite?"

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só fala mal, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Nosso discurso precisa ser mudado. Nós sustentamos nossas casas. A Deputada Cláudia, é da minha região, foi criada lá na 128, moço, com leite, e está aqui, deputada estadual. Vou falar mal do leite?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Meus tios estão até hoje. O Acácio e o Amarildo. Só que eles já estão mais velhinhos agora, aposentaram, e estão querendo produzir pouquinho, mas nunca deixaram de produzir. E criaram as filhas e os filhos com a produção deles.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Com leite. Então, assim, o leite é bênção demais. A gente precisa melhorar muito. Tem muito espaço para melhorarias. Isso tem.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. O valor pago pelas indústrias hoje, pelos laticínios, cobre ao menos o custo operacional de manutenção do rebanho? Hoje a avaliação que vocês fazem entre os produtores e os associados, no geral, de todos.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Não. Hoje, hoje nesse momento, sim. Nesse recorte, sim. Há 60, 90 dias nós estávamos fechando do vermelho, todos nós fechando do vermelho. Principalmente, a gente que trabalha com genética e que alimenta, que dá comida, para gado no cocho. Essas questões todas, não é? O custo sobe demais. Então, não fechava a conta, não.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Na sua opinião, que mudança no ambiente institucional, estruturais no comportamento dos agentes e nos moldes de governança são necessários para recuperar e fomentar o ambiente competitivo e melhorar o desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Nós temos que rever. Na verdade, nós não temos política de leite em Rondônia. Nós protocolamos, Deputada Cláudia de Jesus, e eu queria que você ressuscitasse essa que é uma outra política de leite mesmo para o Estado de Rondônia, mais robusta essa. É um fundo. A outra é uma política de leite que contempla inclusive o Estado.

Por exemplo, eu vou um fazer um aporte rápido para você entender. O Estado de Rondônia investe em genética. E o que que é genética? Não, a gente a gente está fazendo FIV (Fertilização In Vitro), está fazendo embrião. Está bom, mas você sabe o que é embrião? Embrião não é qualidade genética. Embrião é uma modalidade de reprodução bovina. Você pode reproduzir

uma coisa ruim ou uma coisa boa.

E aí vai e reproduz algo. E quem é que diz que aquilo que foi reproduzido significa melhoria de qualidade genética? Nem sempre. Porque a nota de corte sabe o que é? É o preço. Aí o sujeito vai em uma licitação: o embrião de um gado leiteiro a "X" reais, o outro a menos "Y". O menos "Y" ganhou, mas ele ganhou o quê? Vai aumentar o que a capacidade de produção? Zero.

Então, nós precisamos de uma política pública que contemple essa questão mesmo. Uma política de Estado. Ouvir as pessoas que mexem com o negócio, para poder fazer a lei. Como é que funcionaria isso?

Eu estive no Sebrae ontem, nós como associação, perguntei para a menina assim: "Você tem controle, vocês têm controle?" Porque o Sebrae investe muito dinheiro em embrião em Rondônia. Muito dinheiro. R\$ 25 milhões, R\$ 30 milhões, é muito dinheiro. Eu perguntei para ela: "Vocês têm um controle do nascimento desses animais?" "Não, Seu Edmar." "Vocês sabem quantos litros médios esses animais estão colocando de leite dia na propriedade?" "Não".

Isso não é política pública. Isso não é política pública, porque isso não vai transferir renda, que é o nosso maior sonho. E só transfere renda se ele tiver produção de leite, se ele aumentar de 10 para 20, de 20 para 40, de 40 para 100, aí nós vamos, realmente, fixar o homem no campo com essa dignidade.

Se o Sebrae, que eu julgo ser uma entidade mista, que tem uma gestão interessante, carece dessa ajuda das entidades que conhecem o assunto, você imagina o resto, as outras políticas, é muito pior ainda. Então, nós precisamos melhorar o processo como um todo.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Outro questionamento aqui. Na visão do senhor hoje, a associação, na visão do senhor e da associação, no contexto geral, que políticas públicas podem ou devem ser formuladas para recuperar e fomentar o ambiente competitivo e melhorar o desempenho da cadeia produtiva do leite em Rondônia? Teria alguma questão a mais que o senhor gostaria de colocar, relatar e encaminhar para que a gente pudesse inserir dentro dessa proposta?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Emater tem um corpo técnico fantástico, precisam de ajuda e atualização. Aquele amigo que veio aqui foi muito feliz, nós precisamos investir nesse pessoal, pegá-los, levá-los para Minas Gerais, levá-los para o Paraná, levá-los para Santa Catarina, para eles conhecerem as propriedades hoje.

Você sabe qual é a visão do pequeno em Minas Gerais? É alguém que produz 200 litros de leite. É pequeno. Sabe qual que é a visão do pequeno no Paraná? É alguém que produz 1000 litros de leite. É o pequeno no Paraná. Eu fui visitar propriedades no Paraná de 5000 litros de leite e ele com toda humildade disse: "Seu Edmar, eu posso falar muito pouco porque eu sou muito pequeno, eu só produzo 5000 litros. Vai falar com o seu Adriano que ele produz 40.000."

Então, nós precisamos mudar. Porque assim, é aquela história da formiga que só conhecia o formigueiro, o dia que ela se perdeu na cidade ela viu que o mundo era muito maior. Então, às vezes nós estamos tão habituados com 25 litros que a gente acha que isso é o máximo da produtividade e a gente precisa transmitir isso, os técnicos irem entender isso, quando eles chegarem aqui eles vão multiplicar essa capacidade que está inata nas pessoas.

O brasileiro é trabalhador, é ordeiro, quer fazer, precisa de gente para ajudar, às vezes ampliar a visão dele de produção de leite. E ele vai ver que melhorando um pouquinho a vaquinha dele, às vezes a comida, o cocho de água que ele deixou de colocar a quantidade, ele não sabe nem quantos litros de água a vaquinha dele precisava por dia.

Então, são coisas básicas, não são coisas suntuosas, mas coisas que são operacionais, diárias, que vão refletir na capacidade de produção do leite do produtor.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Correto. Senhor Edmar, nós finalizamos aqui. Eu só queria fazer mais um questionamento aqui para o senhor, sobre essa questão do Conseleite.

A gente tem essa universidade de fora que dá esse suporte. Na visão, na sua experiência agora também como membro do Conseleite, o senhor visualiza que Rondônia, através das nossas entidades que temos aqui, governamentais e não governamentais, o senhor visualiza que nós teríamos a capacidade hoje de fazer todo esse trabalho aqui no Estado de Rondônia sem ter que depender de uma instituição que está lá no Paraná? O senhor acha que seria também viável isso?

O SR. EDMAR FERREIRA – É uma universidade federal, eu acho que vocês têm conhecimento disso, é a Universidade Federal do Paraná, eles criaram a metodologia, então eles têm o ineditismo da metodologia. E essa metodologia, Deputada Cláudia, ela é assertiva em todos os Estados, menos em Rondônia.

Se você perguntar: "Edmar, qual o melhor Conseleite que você viu funcionando até agora?" O do Mato Grosso, aqui do nosso lado, vizinho. Por quê? Porque tem entes do Estado que ajudam os produtores rurais, porque nós estamos com a perna quebrada, o nosso lado está com a perna quebrada, porque a gente não consegue atualizar essa tabela de preço.

Por exemplo, mês passado eu participei do Conseleite do Mato Grosso, aí o menino do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) colocou lá que o custo da alimentação da vaca tinha caído 2,5%. O Professor Cassiano falou assim: "Mas como caiu 2,5%? Mostra os dados." Aí ele pegou e abriu o dado como um todo para a gente enxergar. É porque eles estão em pleno período de safra, então o preço do saco do milho, da tonelada do milho, caiu, na época lá era 58,00 para 45,00. Então isso influenciou no preço de custo de produção.

Nós não temos isso em Rondônia. É uma dor de parto produzir preço em Rondônia, porque a gente

não tem pessoas disponíveis para isso. As entidades que têm a verba hoje, que é a Emater, poderia se pontificar e fazer isso, vocês de ofício pedir isso, para que eles disponibilizem profissional ou fazer parceria com a Universidade Federal de Rondônia, que tem os matemáticos envolvidos, porque é o que nos falta. Hoje nós temos uma Ferrari sem gasolina e não tem jeito de ela andar, não vai ter jeito de ela andar, porque ninguém coloca gasolina nela.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Essa falta de atualização, por exemplo, é porque essa Câmara Técnica não tem conseguido manter essas informações?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Nem reunir reunia. Nem conseguia se reunir. Vamos prestar atenção comigo, Deputada Cláudia. Vamos supor que eu estivesse lá na minha ordenhadeira agora à tarde, eu estaria aqui com você? Eu não estaria aqui. Se eu estivesse tirando leite das vacas de manhã, eu estaria aqui? Eu vim de Jipará. E quem faz parte da Câmara Técnica é produtor rural, é gente simples.

Eu sou o maior produtor dentro da Câmara Técnica, que entrou agora. Porque, por via de regra —, o Seu Renildo, que produz 20 litros —, esses homens trabalham, são de mão calejada! Então eles não conseguem se reunir, não conseguem preencher uma tabela Excel. Você imagina uma tabela Excel com 45 folhas, com não sei quantas linhas cada folha? Meu amigo, não é para qualquer um!

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Na Câmara Técnica há paridade?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Sim, sim. Tanto a Câmara Técnica como o Conseleite.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - É paridade entre produtor e...

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - E indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mas há também essa participação técnica também ali dentro?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Aí os convidados são o povo da Emater, são todos os técnicos da Emater, são convidados para abastecer de dados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - E não era assim, é porque nós votamos, nós pedimos para que fosse assim e a indústria de ponto, porque fica parecendo que é um jogo de quem não quer. Não é. Eu, por exemplo, fui eu quem propôs. "Não", todo mundo disse a gente quer, porque está todo mundo ansioso para poder resolver isso.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – É, porque se

é a Câmara Técnica que contribui para essa formação do preço do leite e ela é que faz todo o levantamento de mercado para ter um preço ali de custo, como é que isso não está acontecendo? Quer dizer, a gente começa a descobrir algumas coisas aí que são importantes.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Eu comecei a dizer assim, sabe o que é? Por que a indústria atualiza o custo dela? Porque todo mundo é remunerado. Por que nós produtores não damos conta de fazer isso? Porque ninguém é remunerado. Isso é tudo serviço voluntário.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Eu acho que precisa realmente rever muito bem isso, não é?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Você entende? Todos os produtores voluntariamente vão lá e nem sempre eles têm tempo e depois não têm conhecimento mesmo. Porque é uma planilha Excel densa, que você precisa conhecer, saber manipular dados.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Deputada Taíssa, você tem algum questionamento que deseja fazer?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Desculpa. Eu tive que ir ali almoçar. Só para esclarecer: há paridade, mas não há o conhecimento técnico suficiente na parte dos produtores?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Você pegou, eu acho que você perdeu um detalhe muito importante que eu vi as suas perguntas e te carece uma informação importante. Todo mundo pensa que quem estabelece preço é o Conseleite. Não é!

A SRA. DRA. TAÍSSA - É um conselho...

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - É uma Câmara Técnica que tem uma, é muito mais robusta em quantidade de pessoas, que ela serve para discutir os parâmetros que vão produzir os preços. Dois parâmetros básicos: o primeiro parâmetro, de custo de produção da indústria; e o segundo parâmetro, custo de produção litro/leite do produtor.

Tudo é médio. Então, os matemáticos sabem disso, você na nota de corte o maior custo você tira, o menor custo você tira, dos dois lados e fazemos a média.

O que é que acontece? Essa Câmara Técnica não atualizava o custo do produtor desde 2023. Então o Conseleite, para você entender, é um reflexo do que acontece ou não acontece na Câmara Técnica.

Então tudo, tudo acontece na Câmara Técnica. Então o Conseleite só vai validar o que aconteceu lá. Então as pessoas: "Mas por que vocês aprovaram?" Mas era o único dado que eles tinham para poder normatizar preço.

Então como é que você vai falar não, se você não ofereceu os dados? E o culpado são os produtores. Culpado entre

aspas, porque a gente faz isso de forma voluntária. Eu entrei agora, ninguém é remunerado para isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas aí eu vou fazer um outro questionamento. Desculpe até a minha ignorância no setor.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Não, por favor, estamos aqui para bater papo.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Mas assim, se a Emater chamou a Universidade do Paraná para fazer todo o serviço técnico e se esse serviço técnico só executa com base na Câmara Técnica, qual é a real finalidade da universidade se eu sou universidade, sou técnico? Qual o sentido, se eu vou validar algo... Qual o sentido de ter que pagar uma universidade de fora se não vai melhorar o preço das pessoas?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Excelente pergunta. Vamos lá então. Por que é que tem que ser assim? A universidade criou uma metodologia de cálculo. Se essa universidade não se posicionar de maneira neutra, de maneira que os dados que ela pode lançar na planilha têm que ser ofertados oficialmente pelas partes interessadas, logo, nós estaremos nas mãos de pessoas que podem manipular maleficamente as coisas. Então, eles são obrigados a terem neutralidade, sob pena de eles escolherem um partido. Então isso é contratual. É importante que eles tenham a neutralidade. Eles vão ter que trabalhar, eles vão usar os dados, aquilo que eles inventaram do ponto de vista do cálculo, das variáveis do cálculo, que é muito interessante, eles têm que se comportar de maneira neutra.

Então, a indústria vai e fornece o custo e eles vão validar esses custos. Nós pedimos lá na CPI, o que é que nós pedimos? Apenas que a CPI observasse. O quê? Se os dados ofertados pela indústria conferiam com as notas fiscais emitidas pela Sefin, para que vocês conferissem isso aqui. Que vocês conferissem se os dados ofertados pelos produtores conferiam com as notas fiscais emitidas pela Sefin. Porque eu não posso jogar desconfiança num lado e não ter desconfiança do outro.

Não é porque eu sou produtor rural que vou dizer que nós somos os únicos a fazer tudo certo. E se eu tenho algum produtor que ofertou dado equivocado de custo de produção?

Então nós precisamos que o Estado pudesse observar, do ponto de vista legal, se os dados ofertados à instituição, que é a Universidade Federal do Paraná, estão de acordo, tanto do lado da indústria quanto do lado do produtor. O lado da indústria é fácil para eles atualizarem, porque filtram dados, tudo é com notas fiscais, custo de energia, de funcionário, eles filtram e abastecem a planilha. E o lado do produtor? Ninguém é remunerado para isso. Então, assim, a planilha está desatualizada e a gente está propondo um trabalho.

É para esse mês sair, porque a gente está propondo colocar tanto ATeG, através do Senar, quanto a Emater

para nos ajudar na elaboração dos custos, porque nossas três faixas já são prestigiadas pela ATeG e pela Emater, que são pequenos produtores; e Rondônia considera 100 litros médio produtor, mas são pequenos produtores.

Então, todos são contemplados já pela assistência técnica deles. Então eles podem nos ajudar com isso. Mas eu falo para vocês, é um risco. Se nós conseguíssemos uma instituição que nos ajudasse a coletar esses dados para validar a planilha, era o melhor dos mundos. Porque, você imagina, eu tenho um técnico que está lá no Cujubim, coitado, tendo que fazer lançamento dele pessoal, porque ele tem que prestar conta para o chefe dele, o resultado dos produtores que ele atende, que eles atendem, então ele vai ter dificuldade de ofertar isso de forma tão pronta.

Então, se nós tivéssemos uma instituição que compusesse esse assunto, que nós confiássemos como produtores, porque nós estamos lançando, nós estamos lançando 100% da nossa confiança, não é? Qualquer dado que ele jogar errado, quem vai ser prejudicado somos nós mesmos. Então instituições que sejam sérias para nós, como produtores, validarmos isso, para a gente seria o melhor do mundo, porque nós teríamos atualização mensal.

Lá no Mato Grosso já é assim, por isso que eu cito o Mato Grosso como a melhor referência de funcionamento de Câmara Técnica, porque eles já fazem isso, o Estado já oferta técnico para isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, eu ouvi o senhor falando do Mato Grosso e eu ouvi o anterior, a fala do, lá de Minas, e aí fica um questionamento: o perfil do produtor que abastece a câmara — já foi feito algum questionamento nesse sentido? —, que abastece a Câmara Técnica que serve como base para o Conseleite do Paraná, do Mato Grosso e de Minas, é o mesmo perfil de Rondônia? Porque me causa muita estranheza. Como é que a mesma universidade acerta em tudo quanto é lugar e só em Rondônia que não?

Então, eu queria saber se o perfil, porque às vezes o perfil daqui de Rondônia é aquele produtor, que nem o senhor falou, pequeno e que não tem tanta instrução, mas lá no Paraná, lá em Minas, é um perfil do cara que já entendeu que o campo é a empresa dele.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Então vou te explicar assim. A primeira coisa importante de nós entendermos é que a universidade trabalha por faixa de produção. Primeira coisa, primeiro item: faixa de produção. Até X litros, de X a Y, de Y a Z, ok? Então essa é a primeira coisa importante. Rondônia trabalha com a menor faixa de produção, ok? Rondônia, vou repetir, trabalha com a menor faixa de produção.

Do ponto de vista da precificação, o produtor rural de Rondônia está em uma vantagem muito maior do que o produtor de Minas ou do Paraná. Por quê? Porque o volume achata o custo. Quanto maior seu volume, menor seu custo de produção. Como nós não temos, dentro das nossas três faixas atuais hoje, nós não

temos ninguém nem acima de 500 litros, então se tem alguém beneficiado com as faixas de produção, no caso do Conceleite de Rondônia, somos Rondônia, são s pequenos.

Então Minas tem, ou Paraná ou Mato Grosso tem tanto produtor assemelhado a Rondônia quanto o que nós não temos. Já não contempla, inclusive isso é um pleito meu de colocarmos uma faixa acima de 500 litros. Nós estamos já trabalhando para a gente precificar acima de 500 litros no Estado de Rondônia. Então vai compor o custo de produção acima de 500 litros. Isso é um pleito que nós colocamos como associação e foi aceito por todos eles, todos os participantes, indústria e produtores. A gente vai ter, acho que a partir, daqui a dois meses, a faixa acima de 500 litros em Rondônia.

A SRA. DRA. TAÍSSA - E só para finalizar, só para entender o organograma que gera essa precificação, que é um conselho e que não tem garantia de preço. Produtor e indústria. Produtor, base de dados; indústria, base de dados. Ambos contratam a universidade para avaliar os dados da Câmara Técnica?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Assim, o Estado de Rondônia, porque antes de termos o Conceleite de Rondônia, nós tínhamos o caos do leite, porque ninguém sabia quanto que ia pagar, ninguém tinha obrigação de pagar. Lembra que o menino da APRON? Ele disse assim: "Olha, já existe a lei da obrigatoriedade de pagamento mínimo. Ninguém faz cumprir, porque ela não está vinculada aos benefícios fiscais".

O que nós temos que criar? Nós temos que criar um vínculo entre o preço sugerido do Conceleite - que é preço mínimo, não é preço máximo, deixar isso muito claro -, preço mínimo, com os benefícios fiscais dados pelo Estado. Se houver um produtor que entregar uma nota fiscal sem a garantia do preço mínimo pelo Conceleite, logo ele é autuado, para que ele venha fazer cumprir e ter e gozar dos benefícios fiscais com a remuneração do preço mínimo do Conceleite. Isso é algo que vocês podem sugerir como Comissão, porque aí a gente vincula as duas coisas: o benefício fiscal, que já estamos gozando no Estado de Rondônia, com a vinculação do pagamento do preço mínimo do leite.

Se o Conceleite diz que é até 25 litros, o laticínio não pode deliberadamente falar que é 100. Quando é que vai ser 100? Quando a Câmara Técnica, junto com o Conceleite, disser que é 100. Enquanto isso, não. Ele não pode de um lado da moeda dizer que vai ser 100. Isso eles, a meu ver, fizeram errado. Se eu sou indústria, eu não faria isso com o produtor nunca. Deliberadamente, eu bateria um papo bastante profundo antes, para não criar essa animosidade que eles criaram.

Então, basicamente, nós precisávamos fazer isso, querida: vincular o preço do Conceleite, que é ofertado mensalmente, para que esse preço pago esteja vinculado aos benefícios fiscais que eles têm do Estado de Rondônia. Aí fecha-se a porta.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi, então. Agradeço o

esclarecimento. Obrigada de coração. E, agora vamos dar continuidade. Acho que falta um on-line, não é?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Bom, Edmar, mais uma vez obrigado pelas contribuições. Muito importante sua participação.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Presidente, Deputado Camargo, apenas eu queria fazer uma pergunta.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Sim. Sim, Deputado Camargo, pode fazer.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Por gentileza, se na opinião de depoente, o fato da extinção do Fundo do Proleite, na visão dele, trouxe ou acarretou algum prejuízo à bacia leiteira como um todo?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Se eu fosse falar para você, Deputado Camargo, numa palavra eu falaria assim: nós demos um tiro no pé.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Obrigado.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA - Acabar com o Proleite foi um tiro no pé.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Obrigada, Deputado Camargo. Mais alguma pergunta? Gostaria de passar aqui ao Professor Otacílio. Se tem alguma colocação, alguma pergunta para fazer?

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO COSTA - Não, acho que o Edmar foi bastante incisivo aí, contribuiu bastante.

E, só para ressaltar que, apesar das perguntas, até para tirar dúvida, tanto é que as duas últimas perguntas são feitas no sentido justamente de todos os atores que vão participar aqui, contribuir. Qual é o pensamento dele de que políticas você contribuiu bastante a gente deve ser estabelecida para mudar a forma como a nossa cadeia produtiva do leite está atualmente.

Como você bem falou, saímos aí da casa de mais de 3 milhões de litros de leite para, hoje, quase 1 milhão e meio, que é um absurdo. E essa CPI, só falando, não é uma caça às bruxas, muito pelo contrário, tanto é que ela é uma das poucas que nasceu como... as demais surgiram como "CPI do cartel dos laticínios", "CPI do cartel dos frigoríficos". Essa aqui nasceu para investigar, realmente, qual é o problema que tem na cadeia e também, justamente, já desde a participação de todos os atores aqui, verificar que políticas devem ocorrer.

É só uma fala minha, mesmo nesse sentido, e você realmente trouxe grandes contribuições, que também essa questão dos incentivos fiscais, que é uma coisa que vai também ter que ser bastante objeto de preocupação, já que na reforma tributária não teremos mais a questão

dos benefícios tributários. É algo que eu acho que a Assembleia e a cadeia produtiva vão ter que pensar bem de como vamos trabalhar para manter e ampliar esses laticínios aqui.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Se perder a competitividade, você sabe o que vai acontecer, não é? Fecha a planta.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO COSTA - Exato.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Edmar, obrigada pela contribuição.

Nós já vamos fazer de autoria coletiva da Comissão de Inquérito, uma proposta, Deputada Taíssa, que ele está deixando. Eu vou pedir para a equipe, para ficar mais fácil, para todo mundo ter conhecimento. A gente tem um grupo interno de trabalho aqui entre os parlamentares e a equipe da Casa, e aí, eu já vou pedir para que vocês possam escanear a proposta, deixa lá para a gente.

Todos os documentos que nós recebemos aqui, tanto da APRON como da Girolando, nós vamos deixar tudo lá no grupo para que vocês todos tenham acesso, e os encaminhamentos nós vamos fazer de ordem coletiva para que todos os deputados possam participar junto. Nós já estamos juntos nessa Comissão, então a gente faz todos juntos.

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Eu tenho plena certeza que o Fundo Garantidor não pode ser iniciativa da Assembleia, isso tem que ser do Executivo. É vício de iniciativa. Mas é importante a gente deixar protocolado aqui para que o governo saiba que nós precisamos fazer esse fundo acontecer, para a gente poder fazer com que a cadeia produtiva acabe com essa sazonalidade dessas crises, para poder garantir às pessoas, entendeu? Ainda que eu saiba que não pode ser de iniciativa do Legislativo, mas a gente precisa, como Casa, sugerir ao Estado fazer isso para a gente, está bom?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Nós vamos fazer os Requerimentos aqui juntos para fazer essa solicitação, está bom, Edmar?

O SR. EDMAR GOMES FERREIRA – Agradeço demais.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Valeu, gratidão aí pelas contribuições.

Bom, pessoal, nós estamos já com o horário bem passado, já. O Carlinhos está nos ouvindo, Carlinhos? Representante da Fetagro?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Boa tarde, deputada. Boa tarde, deputados. Estou ouvindo sim.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Boa tarde,

Carlinhos. Obrigado pela disposição em contribuir aqui conosco. Nós vamos iniciar aqui já os trabalhos. Você já participou conosco em outras atividades aqui da CPI do Leite, a gente agradece. Mais uma vez, a gente agradece você estar aqui conosco.

A gente vai fazer alguns questionamentos para você nos ajudar, contribuindo com resposta e informação. Eu vou pedir aqui para a Deputada Taíssa iniciar as perguntas, eu vou sair rapidamente, já retorno aqui, mas a Deputada Taíssa vai dar o prosseguimento aqui.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Obrigado.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Boa tarde, Carlinhos. Deputada Dr^a Taíssa falando, tudo bem?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Boa tarde, Deputada Dr^a Taíssa. Só não estou melhor porque eu deveria estar por aí, mas a agenda não permitia. Até pedi à deputada e falei: "Deputada, se fosse possível fazer on-line, faço com o maior prazer. Agora, presencialmente, nesta data, está complicado." Se assim não fosse possível.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Nós já agradecemos a sua disponibilidade.

Vou começar os questionamentos, está bom?

Na condição de representante dos trabalhadores rurais, a Fetagro tem conhecimento de como são estabelecidas as negociações de preço do leite entre os produtores e as unidades de beneficiamento do leite em Rondônia?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Deputada, para ser sincero, a gente não temos conhecimento de como é feita essa comercialização, até porque as empresas e indústrias têm várias formas de negociar. A negociação deles se faz direto com os produtores.

Essa é uma reclamação que nós temos: não tem uma base universal de negociação. Os produtores são tratados em diferentes níveis, de acordo com o grau de produção, satisfação e "n" questões.

Esse é um questionamento que a Fetagro faz: por que não existe um balizamento para isso?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Os produtores entregam a produção sabendo quanto vão receber ou o preço é revelado 30, 60 ou 90 dias após a entrega da matéria-prima, que é o leite?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – O produtor não tem esse poder de negociação. Para dizer a verdade, é a única cadeia produtiva em que o produtor entrega e só sabe quanto vai receber quando sai o cheque. Infelizmente.

No café, eu sei quanto a cerealista paga, quanto o exportador paga. No boi, eu sei quanto o frigorífico paga ou próprio o atravessador. Ele vai lá e negocia comigo. Se eu achar que está bom, eu negocio; se não, não.

Com o leite não existe essa possibilidade. Foi criado esse

sistema e nós, produtores, deixamos acontecer. Hoje, a indústria faz o que quiser com o nosso leite e paga o quanto acha que deve pagar. Essa é a verdade.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Há diferença no preço pago em razão do porte do laticínio ou do tipo de registro, seja SIM, SIE ou SIF? Há alguma diferença em relação aos preços?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - A diferença depende muito da necessidade da indústria. Hoje nós estamos em um patamar em que as pequenas indústrias, se ela é SIE, se ela é SIM, ou se ela é SIF, desde que elas sejam pequenas e não tenham uma capacidade operacional razoável, estão sendo pressionadas pelas grandes.

Hoje nós vivemos um processo de regressão industrial em Rondônia. Não estou dizendo de capacidade industrial, estou falando de empresas. Várias empresas estão fechando as portas e várias empresas estão operando com capacidade reduzida.

Primeiro, porque nós tínhamos uma produção de quase 5 milhões de litros de leite por dia. Hoje, talvez, chegamos a 1,5 milhão de litros por dia. Quer dizer, isso já diz que as empresas não estão trabalhando com toda a sua capacidade instalada. Então elas estão ociosas.

Quando nós tratamos das pequenas indústrias, é porque elas têm um custo. Eu vou falar de quando trabalhei com a legalização de agroindústrias. A pequena indústria tem de cumprir as mesmas exigências que uma grande indústria. O sistema sanitário, a vigilância sanitária, todo o sistema de inspeção.

Se eu processo 50 litros ou 100 litros de leite por dia, eu tenho que cumprir as mesmas exigências que o Italac, que processa hoje 1 milhão de litros por dia, por exemplo. Não queria falar Italac, mas uma empresa grande como a Italac, as exigências são as mesmas. Isso tira a capacidade operacional das pequenas empresas, porque elas têm um custo alto, com uma capacidade instalada razoável, mas operando ociosamente.

Você está gastando, mas não consegue produzir na capacidade total que você tem.

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Nós vivemos no Brasil um processo em relação ao setor de carnes, em que várias empresas pequenas foram fechando, e somente os grandes consumidores comandando o mercado e, também, os preços de mercado.

O que aconteceu nesse setor, hoje, como Federação o senhor vislumbra semelhante ao que vem acontecendo no setor do leite?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Muito parecido. Nós vivemos isso na questão dos grãos. Nós éramos grandes produtores de milho, arroz (**ininteligível**) na agricultura familiar, feijão. Hoje o milho passou para a monocultura, nós não conseguimos mais, como produtor familiar, competir. O custo de produção é muito alto em relação ao valor de mercado

para o consumidor.

Assim aconteceu com o milho, está acontecendo com o feijão, aconteceu com o arroz. Nós estamos comendo arroz aqui no Rio Grande do Sul, só para vocês terem uma ideia. Um Estado que já foi grande produtor de arroz, nós exportamos muito arroz de Rondônia para outros Estados, e hoje nós estamos comendo arroz vindo do Rio Grande do Sul.

Assim está acontecendo com o leite. As grandes empresas vieram, instalaram, estão competindo. Eles também, eu digo assim, proporcionalmente não estão ganhando tanto dinheiro assim, mas o pequeno sofre com isso. Nós não temos condição hoje de competir de igual para igual. Assim aconteceu com a ave; Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, com suínos, aves e outros, quer dizer. Aqui em Rondônia nós estamos caminhando, e isso é muito preocupante, para esse mesmo sistema nos laticínios. Nós já temos proposta de laticínios para fazer o sistema de integração, assim como é feito com suínos, com aves no Sul do país.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Já é um caos lá no Sul, não é? Já lá no Sul, esse sistema hoje, os produtores pagam para trabalhar. Do jeito que está, se for por esse sistema, realmente, a gente não vai ter mais oferta de mercado, não é?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Estamos caminhando para isso, isso é uma preocupação. Nós temos discutido sempre enquanto Federação, tanto nós do Fetagro como Faperon, que representa também os médios e grandes produtores, essa é uma preocupação, porque essa cadeia da forma que está, ela tende a ser extinta. Eu estou dizendo da minha parte, eu fui produtor de leite, vendi leite, mas não concordava com essa questão de o comprador só me dizia o preço quando ele ia pagar.

E essa prática não é de hoje, é caso de 20 anos atrás, de 30 anos atrás, é assim. Isso não mudou, e nós enquanto produtores, não conseguimos nos organizar para isso. Acho que aí tem uma falha nossa, minha, enquanto Fetagro, enquanto Presidente da Fetagro, enquanto produtor, e todos nós produtores de nos unirmos para isso. Porque, como eu disse anteriormente, é o único produto que eu vendo sem saber, e ainda pago. Quando eu entrego dia 1º, eu vou receber dia 22 do mês subsequente. Não é 22 do mês que eu entreguei. Eu entreguei dia 1º, eu vou chegar dia 30. A partir de então, depois do dia 30, o laticínio vai formalizar o meu pagamento para sair no dia 22.

Então, eu recebo esses 30 dias. E aí só vou receber os 30 dias, eu não vou receber os 50 dias. O laticínio vai ficar com 22 dias de leite meu trabalhando sem me pagar nada e sem eu saber quanto é que ele vai pagar, ainda. Ele vai ficar me devendo. Essa é a prática, de 20 a 22 dias com o nosso leite, sem pagar, e estão pegando. E a gente não conseguiu quebrar isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, a gente está com horário

um pouquinho apertado, mas assim, eu queria saber também, a Federação teve conhecimento, a partir de algumas denúncias, reuniões ou relatos de produtores de situações que laticínios concorrentes, como fazendo lobby nos preços, na mesma região, fazia mudança de centavos de valores, justamente para que o produtor não pudesse ter uma condição de oferta melhor, de um caminho de venda melhor, um controle mesmo de mercado de valores?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Essa prática sempre existiu. Apesar de que as indústrias não admitem isso, mas o preço não é igual. Para você ter uma ideia, ali na minha associação tem um tanque de leite lá que tem vários produtores que botam o leite nesse tanque, o caminhão busca uma vez só, a logística é a mesma, cada produtor leva o seu leite lá no tanque, só que cada um tem um preço diferenciado, então, não é igual.

Claro que tem a questão de, como eles trabalham com três escalas de produção, mas produtor que produz 100 litros de leite por dia, vou dizer de dois produtores que produzem 100, cento e poucos litros de leite por dia, o preço é diferente. O laticínio vai dizer assim: "Não, mas ele não produz 100 litros, outro produz." Não, mas tem produtor que produz igual e é tratado diferente.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Entendi. E assim, o senhor já participou das reuniões do Conseleite que estabelece os valores de referência, não o valor fixado, é um valor de referência para a matéria-prima?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Tenho participado, sim. Inclusive cheguei a ser presidente do Conseleite, por um período. A Fetagro participa como membro, e eu participo como representante.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então como membro, como ouvinte e até como presidente, o que o senhor fala, por que o valor que é de referência nunca é aplicado esse valor mínimo lá para o produtor rural, o que está faltando dentro do Conseleite para mudar a realidade do preço lá na ponta para o produtor rural?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Acho que tem alguma coisa que talvez a atualização de custo de produção, que a Câmara Técnica está fazendo agora. É bom dizer que após a pandemia 2023, se não me engano, 2024. Acho que foi 2023,, se não me engano, 2024, depois de 2023, atualização de custo de produção naquele período. Daí para cá não teve mais, até porque a Câmara Técnica não é remunerada, então ela faz para colaborar mesmo. Então a universidade que faz o lançamento de dados tem um contrato com o Estado.

Hoje o contrato é via Emater, mas é com o Estado, na verdade; só que é a Emater que faz esse procedimento. Era com a Seagri, hoje é Emater, é só uma questão, o governo definiu que vai ser por tal secretaria, e hoje é

pela Emater.

Então, a Câmara Técnica não tem essa remuneração. A universidade tem, ela foi contratada, ela teve um concurso com uma seleção pública, uma licitação, e ela ganhou. Portanto, diante da lei e tudo, é ela que tem que fazer esse trabalho de lançamento. Mas ela precisa dos dados. E os dados são oferecidos para ela através das indústrias, participando do Conseleite, que oferece comercialização, volume de comercialização, valor vendido, valor de comercialização, o mix de produção que eles têm e o custo de produção do produtor.

Esse custo de produção está sendo levantado agora pela Câmara Técnica. Claro que está sendo um trabalho danado, porque como ninguém tem remuneração, não tem custeio de nada, então cada um fazendo, com apoio da Emater, com apoio de todos os dados que a gente conseguir juntar para poder transformar isso numa planilha de custo produção.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Como os dados da Câmara Técnica são base para a universidade, e aí com isso faz esse preço de referência, o senhor conseguiria me esclarecer se hoje essa falta de atualização, de 2023 até a data de hoje, é o resultado de a gente estar sofrendo na ponta? Por o produtor não ter um preço que ele realmente fique satisfeito e vice-versa? Um preço justo? Ou tem algo a mais que a gente não está vendo dentro dessa cadeia que é, assim, a mola propulsora para que haja essa disparidade, essa desigualdade em relação ao preço?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Olha, deputada, nós, inclusive em 2025, início de 2025, nós tivemos um problema sério. Havia uma cobrança muito grande para a gente atualizar o valor do custo de produção. Naquele momento, nós, enquanto conselheiros, enquanto entidade organizativa, fizemos questão de não montar equipe. Porque os dados que a gente tinha da soja, do milho, que são a base da alimentação, mostrava queda. O preço do leite estava razoável.

Aí o que nós fizemos, em comum acordo até conversado, é de que se fizesse um levantamento naquele momento de custo de produção, o nosso custo de produção baixaria. Naquele momento foi opção nossa de não fazer. Já em 2026, quando chegou o final de 2025, nós partimos para cima para poder fazer. O problema é que nós não conseguimos ter recursos nem para a universidade.

Então a universidade trabalhou oito meses sem receber nada, porque terminou o contrato da universidade com o Estado, e a universidade ficou trabalhando de graça, tentando ver se viabilizava, só foi retornar agora no primeiro trimestre de 2026. A partir daí se instalou a Câmara Técnica, porque aí a universidade também dedicou um pouco mais, porque quem acompanha a Câmara Técnica, vai junto pegar esse dado, é a universidade.

Como a universidade não estava recebendo naquele momento, não tinha como, ela estava fazendo um favor

para o Conseleite, ela diz: "Olha, não vou criar demanda aqui porque eu nem sei se vai renovar o contrato, de repente é outra instituição que vai ganhar a licitação". Portanto, nós ficamos com essa pendência também.

Então, hoje o valor de referência se faz necessário a gente ter um custo de produção para ser anexado. Nós estamos usando um dado de 2023 que, até então, final do ano passado, ele não estava tão desatualizado, estava razoável. Acontece que nós tivemos agora, final do ano passado, em meados do ano passado para cá, uma queda brusca na comercialização.

Isso depende não só de fatores de Rondônia, é nacional e internacional também.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Então assim, só para esclarecer, houve uma falta de atualização desde 2023. Em 2025, o processo de licitação do Estado com a universidade não foi renovado e também não foi feito o processo de licitação de outra empresa para essa prestação de serviço. Aí, esses são assim os gargalos principais para essa situação do leite não ter um preço justo?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Não só. Esse é fator que contribui para isso. Tem um outro fator que é a importação de leite da Argentina, do Mercosul como um todo; mas grande parte da Argentina e do Uruguai. Porque a barreira comercial é livre, então eles conseguem botar o leite aqui.

Inclusive agora. O leite começou a subir aqui no Brasil, aumentou a importação. Os exportadores do Mercosul, começou a aumentar o leite para cá.

Muitos Estados têm hoje uma barreira de dizer que não pode reidratar o leite em pó e tal. Só que eles estão atingindo a confeitaria, a sorveteria, esses que estão processando, fazendo produtos que não dependem, chocolateiros, por exemplo, que eles pegam o leite em pó e transformam isso em um produto doce, tipo creme de ovo, seja lá, um sorvete, coisa assim.

Então isso afeta muito a nossa economia local, porque ele invade o mercado. Inclusive, Rondônia é o Estado que mais importa leite em pó do Mercosul.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Assim, agora para finalizar, então assim, o que eu gostaria de saber se, além desses três fatores que o senhor falou, alguma coisa que o senhor pudesse colaborar até como sugestão legislativa para nós aqui no Parlamento, até como política pública para que essa situação possa ser melhorada em relação à situação do preço do leite?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Acho que tem uma questão que nós podemos contribuir não só para Rondônia. O Estado precisa rever a lei de importação. Se nós conseguíssemos tirar, deputada, se a gente conseguir tirar o leite dos produtos importados que vêm para o Estado, eu sei que o Estado vai chiar.

O Estado arrecada bem com a lei de importação, que aí ele recebe uma receita sem o produto passar por aqui, sem a logística passar por aqui, que na verdade a gente

chama de triangulação. O produto chega lá no Paraná ou Santa Catarina, mas a empresa é de Rondônia, e o Estado de Rondônia recebe o ICMS de 4%, coisa assim, desse imposto.

Porém, o produto vem para o Brasil e encontra com o nosso queijo, com o nosso requeijão, com o nosso leite integral lá no Sul. É onde o nosso povo comercializa, onde as empresas de Rondônia — estou dizendo nossas empresas, que são de Rondônia, não é? —, as empresas de Rondônia comercializam, quer dizer, vai encontrar e vai disputar mercado com esse leite que vem parar nos outros Estados e que passa por Rondônia. Se Rondônia tirar esse leite da lista de produtos que podem ser importados, já ajuda muito.

Outra coisa é a gente voltar a discutir a recriação, ou reestruturação, ou restabelecimento do Fundo Proleite. O Fundo Proleite foi extinto, a gente sabe o que aconteceu, não vamos falar aqui do que aconteceu, porque vai gastar muito tempo, mas o Estado, por incompetência do próprio Estado não gastar o recurso, o Estado acabou com o Fundo e acabou também com o recurso que tinha no Fundo. Os R\$ 43 milhões que estavam no fundo para atender às demandas dos agricultores, da tecnologia, ou seja, da infraestrutura, outros subsídios, poderia ser usado para fortalecer a cadeia.

Esse recurso foi para o fundo geral do governo. E, diga-se de passagem, que foi para pagar salários de funcionários do próprio Estado, não é? Eu não tenho certeza disso, até porque eu não fui atrás de fiscalizar, mas essa é uma versão que se tem. Agora, que foi para o caixa do governo, foi, e hoje nós estamos aí padecendo sem recurso.

As empresas continuam sendo beneficiadas com a isenção, e elas estão contribuindo com o Estado com o valor significativo mensal. As empresas que participavam do Fundo Proleite continuam fazendo, porque eles não acabaram com a lei da contribuição, da isenção, acabou com o Fundo, e as empresas continuam alimentando, só que está aí para o caixa do governo e nós não temos hoje uma alternativa. Então, hoje precisamos restabelecer esse Fundo.

Tem um debate feito, a gente sabe que ano eleitoral não se pode criar fundo para isso ou para aquilo para atender necessidade específica, a não ser com calamidade pública, mas nós queremos debater isso e estamos construindo isso enquanto Fetagro, enquanto Faperon, enquanto Girolando, enquanto instituição — inclusive o próprio Sindileite, não é? —, para que seja restabelecido isso, para poder voltar esse recurso a ser arrecadado de forma lícita, conforme a lei já permite, mas também que seja destinado à cadeia produtiva de fato. Que o produtor seja beneficiado, porque hoje o produtor está deixando produzir porque ele só está gastando e ele não tem incentivo. Ele não recebe nem um centavo de subsídio para continuar produzindo. Então, hoje é muito mais apetitoso engordar boizinho, bezerro, novilha e vaca do que tirar leite. Dá mais dinheiro isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, o que o senhor falou é realmente. O Fundo foi investido na questão do salário

da Emater, que estava defasado. E, assim, como tem essa questão do ano eleitoral, mas aí eu agora como parlamentar, é uma sugestão que eu estava falando aqui com a Deputada Cláudia, que qualquer, a outra implementação de um outro fundo tinha que colocar uma cláusula pétrea de dois fatores.

Primeiro, que não poderia mais se extinguir para hipótese alguma; e segundo, que não poderia deixar de utilizar. Porque, a demanda tem, a necessidade tem, mas não tiveram capacidade nem para gastar o dinheiro que tinha necessidade. É um negócio, assim, bem complexo, e aí é uma cadeia, não é? Vai caindo agora as consequências, que é o que a gente está vivendo.

Mas a gente está aqui para somar. Agradeço muito o seu esclarecimento. E para finalizar, tem possibilidade dessa atualização acontecer para a gente ver? Porque, o senhor falou da questão da importação, só que a gente tem que ver o percentual de importação dentro do Estado, que entra, para ver se impacta tanto significativamente no preço ou a questão que seria essa atualização para dar o equilíbrio na questão da competitividade de preço.

É uma dúvida que eu tenho, lá atrás estava com queda, mas agora não está com queda a questão do preço da soja. E aí, fica esse questionamento, tem essa possibilidade dessa atualização para a gente ver se volta a ter um equilíbrio ou não?

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) - Tem. Acho que os custos hoje estão sendo levantados, temos um valor real para isso, graças à colaboração dos levantamentos que a Emater tem, que está sendo feito. Acho que o Senar tem feito levantamento de custo de produção.

Para agilizar isso, deputada, a gente concordou que os dados da Emater e os dados do Senar, que têm estudo de campo, fossem incorporados nessa planilha para que a gente pudesse chegar a um denominador.

A questão de levantar hoje essa questão do custo operacional, a gente precisa ter muito cuidado, porque às vezes nós estamos trabalhando, e aí eu reclamo mesmo de mim e de nossos produtores, que a gente acaba não fazendo um gerenciamento mais adequado para colaborar com quem está colhendo dados. Porque também depende disso.

Tem produtor muito organizado e eles estão qualificando de fato o seu custo de produção, tentando ajustar. Aí fica fácil da gente coletar essas informações. Agora nós temos produtor que precisa conversar com ele, ajudar ele, com a propriedade dele, ajudar ele a levantar esses dados. Aí a equipe tem dificuldade, porque nós não temos diária, não temos carro, não tem gasolina, não tem salário, não tem nem dinheiro para comer. Quem for, a entidade que está participando, vai ter que bancar o seu técnico como voluntário. Então fica difícil.

Eu acho que uma coisa que nós podemos trazer também, se agora que for criar o fundo, deputada, criar também que esse fundo possa custear esses estudos. Porque aí, sim, nós vamos ter equipe técnica qualificada. Aí nós podemos fazer chamada pública e dizer assim:

"Queremos uma equipe técnica que vai nos levantar custo de produção para isso". E custear pelo fundo. Quarenta e três milhões foi devolvido para o governo. Não podia ter feito isso? Mas não, criaram um monte de burocracia.

Eu falo isso porque a Fetagro apresentou um projetinho que não chegava a 3 milhões para essa questão de genética, melhoramento, tecnologia. Aí não aceitaram o projeto da Fetagro, e não disseram por que não aceitavam. Estou com esse projeto até hoje aqui. Em 2019 nós apresentamos esse projeto. Ele está aqui, nem disseram por que não colocaram em discussão e só devolveram o projeto.

Eu acho que precisa pensar isso, porque não é justo que a Faperon, que a Fetagro, ou o próprio Sindileite tenham que bancar um técnico para levantar custo de produção, sendo que nós podemos ter um fundo que possa garantir isso.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Está, agradeço. Obrigada. Eu vou fazer um Requerimento. Conforme a fala dele...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Carlinhos, quero agradecer a participação da Federação...

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Deputada Cláudia, gostaria que Vossa Excelência também abrisse para mim a oportunidade...

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Ah, sim, sim. Carlinhos, o Deputado Rodrigo Camargo, ele quer fazer alguns questionamentos. Deputado, pode se dirigir aos questionamentos.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Obrigado, Presidente. Apenas fazer alguns registros que eu acredito que são importantes que fiquem consignados nesta CPI.

Bom, primeiro, mais uma vez reforçar, eu não acredito que o depoente poderia estar na Rondônia Rural Show do ano retrasado, quando avisei a todos que a extinção do Programa do Proleite seria um tiro no pé, que nós iríamos colher frutos muito ruins de uma decisão equivocada. E fui o único deputado a ter votado contra a extinção desse Fundo.

É inexplicável que o recurso que lá havia na época, aproximadamente R\$ 16 milhões, poderiam, no momento de crise, ser utilizados como subsídio para a cadeia leiteira. Mas, mais importante do que isso, e eu quero aqui também deixar isso registrado, é quando nós vamos para a Lei Orçamentária do Estado de Rondônia, e eu vou citar a ação específica para que depois, caso queiram conferir, a Ação específica, 1.087, o Governo do Estado, embora tenha um orçamento de aproximadamente 18 bilhões para esse ano, é o que está previsto, destinou tão somente R\$ 1,7 milhão para desenvolvimento na pecuária leiteira. Investimento para desenvolver a pecuária leiteira R\$ 1,7 milhão.

E aqueles que tiveram oportunidade de participar

da Audiência Pública realizada lá no Município de Ariquemes, naquele momento, tanto para a Fetagro, quanto a Faperon, eu coloquei à disposição do governo, falei: "Olha, nós precisamos trabalhar a política pública do cooperativismo, através dos laticínios regionais, fortalecer o espírito de cooperação entre os produtores.". Estou disposto a destinar R\$ 7 milhões das emendas parlamentares. Embora o Estado tenha dinheiro, mas não prioriza, pois destinou R\$ 1,7 milhão. Eu, Deputado Rodrigo Camargo, das minhas emendas coloco R\$ 7 milhões. Até hoje, até este exato momento, não houve qualquer sinalização do atual governo para o emprego de tais emendas.

Então, veja, de fato há aí um assassinato velado dos produtores de leite aqui da nossa região. E o que é pior ainda, e eu preciso deixar isso registrado também, porque há pouco tempo, na Assembleia Legislativa, foi votada uma lei sem efeito prático algum. Naquela ocasião, fizeram uma lei proibindo a reconstituição do leite em pó importado. E aqui faço um recorte: o valor aproximado de R\$ 8,5 milhões, porque eu fui atrás dessa informação, daquilo que é importado em leite em pó para o Estado de Rondônia.

Uma lei proibindo a reconstituição do leite em pó importado para comercialização como leite fluido. Ou seja, pegar o leite em pó importado, transformá-lo em leite fluido e colocá-lo nas gôndolas do mercado. Naquele momento eu fiz esse registro e vou deixá-lo novamente registrado: isso não tem efeito nenhum na prática. Nem em Rondônia, nem para qualquer outro Estado do Brasil. Uma vez que a reconstituição do leite em pó, seja ele nacional ou importado, é proibida pelo art. 354 do Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal. Pode consultar aí, Decreto nº 9.013, de 2017.

Além disso, a proibição do uso, pela indústria, do leite em pó importado pode até ter um efeito prático lá no Paraná, de onde copiaram essa lei. Porque, lá no Paraná, o leite em pó importado é utilizado como ingrediente para elaboração de iogurte, bebida láctea, creme de leite, leite condensado, requeijão e queijo. Mas aqui em Rondônia nós não temos nenhuma indústria de grande porte que fabrique esses produtos ou que utilize esse leite em pó como ingrediente em seus processos. Isso pode ser facilmente consultado no MAPA (Ministério da Agricultura e Pecuária), para confirmar o que estou dizendo.

Então, nós temos que ter muito cuidado quando colocamos em votação Projetos de Lei que, na verdade, são apenas para inglês ver. Não têm efeito prático nenhum. O efeito prático que teria, se não tivesse extinguido o Proleite, foi muito bem colocado pelo depoente aqui: e continuam as empresas e os contribuintes continuam pagando. Só que agora esses recursos estão indo para outro cofre do Estado, para outras políticas, que não há nenhum controle.

Então, quero apenas deixar isso registrado na CPI, Presidente, porque é muito importante nós sabermos como chegamos ao estado atual das coisas e por que

esta CPI existe.

Foi feita uma omissão de uma política pública desastrosa, e hoje pagamos um alto preço, não apenas com o preço do leite ao produtor rural, mas também com a quebra da expectativa de todos esses pequenos agricultores que deram a sua vida para fazer a pecuária e a bacia leiteira neste Estado.

Portanto, Presidente, quero apenas deixar isso registrado, parabenizar todos pela tarde de trabalho e, mais uma vez, colocar-me à disposição para contribuir, de alguma forma, para que o nosso Estado volte a prosperar e que, de fato, uma mudança aconteça.

Obrigado, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado Delegado Camargo. Só peço ao senhor que, se puder permanecer mais um pouquinho, nós temos três matérias para serem aprovados e vamos precisar da sua participação.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Com certeza. Eu estou a tarde inteira on-line aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada, Deputado, pela disposição de estar contribuindo com essa CPI.

Carlinhos, obrigada. Declaro encerrada a sua participação e nós permanecemos à disposição. Se precisarmos de mais informações, vamos estar contactando a Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado de Rondônia, que tem sido uma grande parceira conosco nesta caminhada.

Muito obrigada pelo convite e pela participação.

O SR. MANOEL CARLOS DANTAS (Por videoconferência) – Vocês também pelo convite. Estamos à disposição.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Obrigada. Nós temos aqui alguns matérias para serem aprovados, para que possamos dar continuidade aos trabalhos da CPI da cadeia produtiva do leite e eu vou colocar aqui para apreciação e votação dos deputados.

O primeiro Requerimento é para que seja convocada Sessão Legislativa Extraordinária nos dias 7, 8 e 9 de julho, para a realização das reuniões da CPI do Leite.

Coloco o Requerimento em votação.

Como vota a Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA (Relatora) - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota o Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Voto "sim", Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus vota "sim". **Requerimento aprovado.** Temos agora um solicitação por meio do qual a Comissão convoca oitivas para serem realizadas nos dias 7, 8 e

9 de julho, nos horários das 8h30 às 12h e das 14h às 18h, no Plenarinho das Comissões 2 da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

A convocação é para representantes dos órgãos governamentais, diretamente relacionados à formulação, execução, fiscalização e acompanhamento das políticas públicas voltadas à cadeia produtiva do leite do Estado de Rondônia, no âmbito dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI, da cadeia produtiva do leite.

Nesse sentido, solicita-se a convocação das seguintes autoridades: Secretário de Estado de Agricultura Luiz Paulo da Silva Batista; Diretor-Presidente da Emater Hermes José Dias Filho; Gerente de Planejamento e Informação Genis dos Santos e Silva, que é da Emater também; Secretário de Estado de Finanças Franco Maegaki Ono; Coordenador-Geral da Receita Estadual de Rondônia Antônio Carlos Alencar do Nascimento; Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril do Estado de Rondônia - Idaron Júlio César Rocha Peres; Gerente de Inspeção de Produtos de Origem Animal - Idaron Rodrigo Fujihara; Procurador-Geral do Estado Thiago Alencar Alves Pereira.

A SRA. DRA. TAÍSSA – Tem que chamar a Bia também. **(fora do microfone)**

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Temos também aqui o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico - Sedec.

Coloco em votação a solicitação. Como vota a Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota o Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Voto favorável, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputado Delegado Camargo vota favorável.

Deputada Cláudia de Jesus vota favorável. **Aprovada.** Nós temos aqui também outra solicitação, que é para convite de oitiva a ser realizada nos dias 7, 8 e 9. Depois nós vamos organizar a ordem dos convidados e vamos compartilhar com os senhores deputados. E, no caso, nós convidamos para essas datas aqui, nós vamos ajustar, no Plenarinho das Comissões 2 da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, representantes de instituições técnicas com relevante atuação no setor agropecuário e na cadeia produtiva do leite.

Nesse sentido, solicita-se o convite das seguintes autoridades: Calisto Rosa Neto, Chefe Adjunto de Transferência de Tecnologia da Embrapa; Enio Roberto Milani, Superintendente da Superintendência de Agricultura e Pecuária do Estado de Rondônia. Esses são os convidados.

Nós temos também aqui a Fundação de Apoio da Universidade Federal do Paraná - Funpar, representada no caso aqui pelo Professor José Roberto Canziani e Vânia Di Addario Guimarães. E, também a Câmara Técnica do Leite de Rondônia para ser convidada.

Esses são os convidados. Coloco essa solicitação em votação das entidades citadas aqui como convidadas.

Vamos à votação.

Como vota a Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Como vota o Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Voto "sim", Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus vota "sim". **Aprovada.**

E, agora nós temos uma outra solicitação, que é de convocação. Só comunicando aos deputados que, como nós definimos três dias, depois nós vamos definir uma data de programação aqui das convocações, dos convites, e nós vamos passar antecipadamente aos senhores.

Então aqui nós vamos deixar só certo aqui os nomes de quem está sendo convocado, e vai ser em um desses três dias, mas a gente vai passar depois.

Então agora nós colocamos para apreciação a convocação para a oitiva ser realizada nos dias 7, 8 e 9 de julho, no Plenarinho das Comissões 2 da Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia, das seguintes instituições representativas do setor produtivo industrial lácteo: Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Rondônia, Sindileite/RO; Laticínios Jamari Ltda, com sede em Candeias do Jamari; Fábrica de Laticínios Tainara Ltda, com sede em Presidente Médici; Indústria de Laticínios Mercandeli Ltda, com sede em Teixeiraópolis; Indústria de Laticínios Italac, com sede em Jarú; Laticínios Novalac Ltda, com sede em Nova Mamoré; Laticínios Rolim de Moura Ltda, com sede em Rolim de Moura.

Só uma pergunta aqui à nossa equipe. O laticínio Toya, é algum desses daqui que não estou localizando?

Então eu peço aqui também que seja incluso o laticínio Toya, que é um grande laticínio, acho que eu não sei, acho que ele é do Município de Urupá? E tem o laticínio Três Marias, que é de Ouro Preto do Oeste, que também não está aqui nessa relação, que nós podemos acrescentar também aqui para que seja inserido dentro desse Requerimento como uma das indústrias lácteas do Estado de Rondônia.

Então, coloco aqui para votação a solicitação, no qual nós convocamos aqui as empresas.

Como vota a Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Deputada Cláudia de Jesus vota “sim”.
Como vota o Deputado Delegado Camargo?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – Eu voto “sim”, Presidente. Também gostaria de colocar em apreciação uma solicitação logo na sequência. Mas eu voto “sim”.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – **Aprovada.**
Só um pouquinho, deputado. Nós temos aqui mais uma solicitação, deputado, aí o senhor já pode apresentar o do senhor.

Nós vamos colocar aqui convocação para oitiva aqui também nessas datas de 7, 8 e 9 de julho, aqui no Plenarinho 2, das Comissões, o Conceleite e a Associação de Supermercados de Rondônia, Asmeron, com sede em Porto Velho.

Coloco em votação. Como vota, Deputada Dr^a Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto “sim”.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputada Cláudia de Jesus vota “sim”.
Deputado Rodrigo Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Voto “sim”, Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) – **Aprovada.**
Deputado Rodrigo Camargo, pode apresentar a sua solicitação.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Presidente, eu gostaria de colocar em apreciação de Vossa Excelência e dos demais membros da CPI, a convocação do Secretário de Agricultura Luiz Paulo, para se manifestar a respeito do tema, tendo em vista que na época da Rondônia Rural Show uma série de questionamentos foi feita à pessoa dele, por mim pessoalmente, e ele mesmo havia afirmado que não haveria qualquer prejuízo à bacia leiteira.
Então acho que chegou a hora de o Governo do Estado explicar o motivo da política pública que adotou em relação à extinção do programa Proleite.
Portanto, eu coloco em apreciação, como parte da convocação, a do Secretário de Agricultura.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Só um pouquinho. Só um pouquinho, deputado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Também é uma sugestão, Deputado Camargo, chamar lá o da... que era até o Seu Brandão?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Da Emater?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Da Emater.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, já estão

aqui os dois. Nós fizemos aqui no primeiro, Deputado Rodrigo Camargo e Deputada Taíssa, está aqui. Deixa eu só colocar aqui quais as entidades que foram convocadas. O Secretário de Estado da Agricultura, Luiz Paulo; o Diretor-Presidente da Emater, Hermes José Dias; o Gerente de Planejamento e Informação da Emater, Genis dos Santos e Silva; o Secretário de Estado de Finanças, Franco; o Coordenador-Geral da Receita Estadual de Rondônia, Antônio Carlos; o Presidente da Agência de Defesa Sanitária Agrosilvopastoril, o Júlio César; e o Gerente de Inspeção de Produtos de Origem Animal, o Rodrigo Fujihara; o Procurador-Geral do Estado, Thiago Alencar; e o Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico, Sedec.

A gente já tinha feito aqui na primeira solicitação a convocação deles. Podemos deixar então dessa forma, Deputado Rodrigo Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Perfeito.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Perfeito.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – Apenas contribuindo com Vossa Excelência, eu acredito que em razão, da melhor condução de trabalho, se Vossa Excelência convocá-los todos para o mesmo dia, **(ininteligível)** o que sempre acontece nas Audiências Públicas: um fica jogando a bola para o outro e nós saímos do nada para lugar nenhum.
Então, apenas faço a sugestão de que Vossa Excelência coloque as autoridades, secretários de Estado, em dias diversas.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Está bom.

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) – A começar, obviamente, se possível, apenas uma sugestão a Vossa Excelência que preside esses trabalhos, a começar pelo Secretário de Agricultura, que é o principal.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Está bem, a gente já vai colocar aqui a proposta do senhor para que ele possa ser o primeiro e a gente faça essa organização dos dias aqui. Sem problema e agradeço aí a contribuição, Deputado Rodrigo Camargo.
Deputada Dr^a Taíssa, fica sanada então aqui a sua solicitação?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Eu tenho uma solicitação aqui.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Mais um? Sim.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Que antes dessa reunião, que a Seagri, a Emater, respondam à CPI o que gastou, qual foi o saldo que ficou em relação ao Fundo do Proleite nos últimos oito anos de governo.
Qual é o saldo e quais foram os investimentos e para quais áreas foram os investimentos. Antes da reunião, para que a gente possa ter acesso a essa documentação, até para facilitar os questionamentos.

Também quero saber quais foram os investimentos tanto da Seagri, como da Emater, na parte de tecnologia de informação em relação ao Fundo do Proleite para os produtores de leite do Estado.

Outra solicitação que eu quero fazer também é que a gente possa fazer para o Tribunal de Contas do Estado, a Unir e o IFRO.

Diante da temática aqui falada, eu observei que o grande problema é a falta de um aplicativo para que o produtor possa catalogar. E eu vi que o Tribunal de Contas desenvolveu um aplicativo na parte do setor de educação do Estado, que o Estado não conseguia melhorar as escolas. Eles desenvolveram um aplicativo, colocaram nas escolas onde as próprias professoras podem tirar foto da porta quebrada, do vidro quebrado e tudo mais, e aí segue um relatório automaticamente para o Tribunal de Contas, e isso está dando como base para eles poderem acionar o Estado.

E aí eu queria que a gente pudesse fazer uma mesa redonda com esses órgãos para buscar uma saída, porque eles têm um TI muito bom, o setor, são muito bem remunerados e tal, que eles pudessem nos ajudar a achar uma solução em relação a isso, até porque hoje não tem Fundo para eles poderem fazer investimento. Era uma coisa nesse sentido de a gente buscar esses órgãos para que a gente possa incentivar essa tecnologia, já que o Conseleite não está fazendo, assim, o que deveria estar fazendo.

Não tem Fundo, o Estado não fez os investimentos que deveria. A gente ia buscar os órgãos que já estão funcionando, estão funcionando bem dentro do Estado, porque o Tribunal de Contas hoje é referência em relação à tecnologia para sanar os problemas que o próprio Estado tem.

A gente vai ter que fazer uma justificativa do problema que a gente tem e solicitar a eles, se eles aceitam entrar para uma mesa redonda junto com a Assembleia Legislativa, junto com o Conseleite, para buscar uma saída em relação à tecnologia na área rural.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputada, eu só queria propor que essa questão do Tribunal de Contas, que pudesse ser feito em separado, porque eu acho que carece de mais algumas informações.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Não, não. Eu até, se quiser, eu fico assim, eu vou requerer um ofício para o Tribunal de Contas, UNIR e IFRO. Aí eu vou apresentar por escrito para a Comissão, porque eu vou fazer uma justificativa do problema que a gente tem e solicitar eles como terceiro interessado, no sentido de vir somar forças com a gente, de achar uma solução.

O grande problema aqui que eu vi, além dessa falta de atualização e tudo mais, é que hoje não adianta falar: "Ai, mas a gente não tem diária"; "Ai, a gente não tem recurso para ir para lá". Hoje tem que ser uma coisa fácil, tem que ser no celular do produtor, que ele possa comprar um negócio de sal e tirar uma foto e colocar, porque senão não vai, não vai funcionar.

Aí eu faço assim: o que eu queria pedir? Que eu vou fazer uma solicitação para a Comissão, nesse sentido, eu vou justificar que é para a tecnologia, porque não tem tecnologia e é o que está travando uma parte em relação a esse preço aí.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Excelente. Aí nós já vamos encaminhar esse um, pedindo as informações da Emater, da Seagri, que a senhora solicitou; e o outro a senhora nos ajuda redigindo para que a gente possa encaminhar ele. Pode ser? A gente já deixa ele aprovado.

A SRA. DRA. TAÍSSA - Semana que vem vai ter reunião?

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Não, agora é só dia sete, oito e nove. Nós teremos Sessão a semana que vem na Assembleia. Amanhã. Ah, mas amanhã não vota Requerimento.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É porque o teor da minha solicitação é esse. Se aprovar, eu só vou fundamentar, porque eu não quero que eles venham para a reunião. Eu quero que a gente monte um comitê, que pode ser até híbrido.

Eu quero um comitê para a gente achar uma solução na parte de tecnologia, juntando os órgãos que são fortes no Estado.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Certo.

O SR. OTACÍLIO MOREIRA DE CARVALHO - Só uma contribuição, por exemplo, a UNIR desenvolveu, em relação ao peixe, impacto das usinas e o peixe no Baixo Madeira. Aí tem um, para monitorar, descia toda vez um barco com várias pessoas para pescar o peixe e tirar medida, ver o desenvolvimento desse peixe.

A UNIR, o curso de Ciência da Computação da UNIR desenvolveu um aplicativo que é inserido dentro de um celular, tira, o próprio ribeirinho pesca, tira foto e o aplicativo já tira todas as medidas. Eu acho que similar pode ser feito pelo próprio curso de Ciência da Computação.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto. Então vamos colocar em votação as solicitações da Deputada Drª Taíssa, um no qual ela pede as informações para a Emater, Seagri e que já foi captado por nossa equipe. Vamos colocar em votação. Como vota, Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - Voto "sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Deputada Cláudia de Jesus vota "sim".
Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) -

Voto "sim", Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - **Aprovada.**
Agora nós vamos colocar a segunda solicitação, no qual ela já explanou aqui e ela depois vai também fazer o encaminhamento, vai redigir para que a gente possa só fazer o encaminhamento para o Tribunal de Contas, UNIR e IFRO.

A SRA. DRA. TAÍSSA - É, a solicitação de montar um comitê híbrido de estudo focado na tecnologia para que a gente possa melhorar o trabalho dos produtores e conseguir avançar na competitividade de preço entre produtor rural e a indústria.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Correto.
Solicitação em votação. Deputada Cláudia de Jesus vota favorável.
Como vota, Deputada Drª Taíssa?

A SRA. DRA. TAÍSSA - "Sim".

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - Como vota, Deputado Delegado Camargo?

O SR. DELEGADO CAMARGO (Por videoconferência) - Voto "sim", Senhora Presidente.

A SRA. CLÁUDIA DE JESUS (Presidente) - **Aprovada.**
Bom, então a gente chega já no final aqui da nossa reunião. Quero agradecer grandemente aqui a participação do Professor Otacílio; agradecer aqui à Deputada Drª Taíssa, que esteve junto conosco aqui presencialmente; agradecer ao Deputado Delegado Camargo, que esteve todo o tempo acompanhando de forma remota; ao Deputado Pedro e a toda a equipe da Assembleia por estar aqui conosco, à equipe do nosso gabinete, a todos que participaram aqui com a gente, as entidades. A nossa gratidão.

Foi uma reunião bastante produtiva essa oitava. A gente colhe bastantes informações aí para dar encaminhamento e a cada dia finalizando esse trabalho.

Nada mais havendo a tratar, e antes de encerrar a presente Reunião, convoco Reunião Extraordinária para os dias 7, 8 e 9/07/2026, com os horários das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Declaro por encerrada esta Reunião.

(Encerra-se esta reunião às 17 horas e 06 minutos)

SECRETARIA DE RECURSOS HUMANOS

ATO Nº 1790/2026/SEC-RH/ASTEC/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, resolve:

DESIGNAR:

A servidora **VANESSA FRANCO ALVES**, matrícula nº *****7170, ocupante do Cargo de Assessor Especial, como Gestora da Ata de Registro de Preços nº 001/2026, Processo nº 100.1721.000051/2025-61, em substituição ao servidor MATHEUS DE HELD MACHADO, a contar de 02 de setembro de 2026.

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral ALE/RO

SEI nº 0898333

ATO Nº 330/2026/SEC-RH/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais, com base na Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, nos termos do Ato nº 005/2025-MD/ALE, de 09 de maio de 2025, e na Lei Complementar nº 1.056, de 26 de fevereiro de 2020, resolve:

Conceder a Função Gratificada FG-5 - Baixa Complexidade ao servidor **Nilton Barroso dos Santos**, Assistente Legislativo, lotado no Gabinete da Presidência, com efeitos a partir da data da publicação.

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI

Secretário-Geral - ALE/RO

SEI nº 0898408

SECRETARIA DE FINANÇAS

ATO DE DIÁRIA Nº 0897646/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Porto Velho-RO/Theobroma/Vale do Anari/Porto Velho-RO, no período de 25.09.2026 a 28.09.2026, FINALIDADE de cumprir agenda de visitas técnicas e acompanhamento da execução das ações decorrentes de emendas parlamentares destinadas aos municípios. Conforme processo nº100.048.000148/2026-90.

Nome	Cargo	Lotação
Claudio Cezar de Faria	ASSESSOR DE DIREÇÃO	DEPARTAMENTO DE RADIO E TV

Porto Velho, 28 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898134/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Ji Paraná-RO a Presidente Médici-RO no período de 25/09/2026 a 01/10/2026, com a finalidade de Realizar a segurança e condução do veículo deste Parlamentar. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares, conforme processo nº 100.059.000273/2026-71.

Nome	Cargo	Lotação
ELIZEU LIMA DO NASCIMENTO	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897853/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Vilhena-RO no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, com a finalidade de ministrar o curso de "Lei Lucas com Ênfase em Primeiros Socorros", conforme processo nº 200.185.000206/2026-55.

Nome	Cargo	Lotação
MARCIA VALERIA DE FREITAS DE MAIA	SERVIDORA CEDIDA	ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897857/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Vilhena-RO no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, com a finalidade de assessorar a instrutora durante a realização do curso, conforme processo nº 200.185.000206/2026-55.

Nome	Cargo	Lotação
GABRIELA MUSUCO ARAÚJO	ASSESSOR ESPECIAL	GABINETE DO DIRETOR GERAL DA ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897861/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 05 (Cinco) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Vilhena-RO no período de 28/09/2026 a 02/10/2026, com a finalidade de conduzir veículo oficial para equipe ELE/RO que irão realizar o curso de "Lei Lucas com Ênfase em Primeiros Socorros", conforme processo nº 200.185.000206/2026-55.

Nome	Cargo	Lotação
EDVILSON BRAZ DE OLIVEIRA	ASSESSOR ESPECIAL	ESCOLA DO LEGISLATIVO

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897895/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 07 (Sete) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho-RO a Guajará Mirim-RO / Nova Mamoré-RO / Extrema-RO / Nova Califórnia-RO / Vista Alegre do Abunã-RO no período de 26/09/2026 a 02/10/2026, com a finalidade de conduzir o veículo e realizar a segurança do Deputado Jean Oliveira em agenda externa. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares e demais atividades conforme designação superior, conforme processo nº 100.531.000223/2026-61.

Nome	Cargo	Lotação
ALISSON JOSÉ PINHEIRO TOURINHO	ASSESSOR DE SEGURANÇA	SECRETARIA DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898097/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 03 (três) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho-RO / Ariquemes-RO / Porto Velho-RO, no período de 24.09.2026 a 26.09.2026 com a finalidade de Reunião em Ariquemes com assessores dos Escritórios do Setor 05 e Setor 09. Estarão presentes Produtores Rurais representantes da Psicultura. Solidificar Políticas Públicas já em curso, conforme processo nº 100.421.000218/2026-03.

Nome	Cargo	Lotação
Joao Francisco dos Santos	Chefe Gabinete Deputado	GAB. DEP. Alex Redano

Porto Velho, 28 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897627/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 06 (seis) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre Porto Velho / Extrema / Nova Califórnia / Nova Mamoré / Guajará-Mirim / Ariquemes / Itapuã / Porto Velho, no período de 25/09/2026 a 30/09/2026 com a finalidade de representar o gabinete parlamentar, acompanhar pautas estratégicas e promover a articulação de demandas institucionais e comunitárias, conforme processo nº 100.061.000228/2026-77.

Nome	Cargo	Lotação
ELIARDO VICENTE AGUIAR LIMA	CHEFE DE GABINETE	GABINETE DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0898096/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (04) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre a cidade Buritis/Porto velho/Ariquemes/Nova Mamoré/Buritis, no período de 28.09.2026 a 01.10.2026, FINALIDADE de conduzir veículo e realizar a segurança pessoal do deputado estadual Delegado Lucas Torres, durante o cumprimento de agenda parlamentar. A Segurança Institucional do Poder Legislativo abrange a segurança pessoal aproximada dos seus parlamentares. Conforme processo nº100.055.000336/2026-29.

Nome	Cargo	Lotação
------	-------	---------

Alex dos Santos Souza	ASSESSOR DE SEGURANÇA	ASSESSORIA DE SEGURANÇA
-----------------------	-----------------------	-------------------------

Porto Velho, 28 de Setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897558/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder (01) uma diária ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre de Porto Velho - RO / Itapuã do Oeste/ Porto Velho - RO no período de 26.09.2026 a 26.09.2026, com a finalidade de agenda institucional. A programação contempla reuniões com lideranças locais, visitas a associações, e demais autoridades regionais, visando fortalecer o diálogo entre o gabinete parlamentar e a comunidade local. Identificar demandas prioritárias da população, acompanhar projetos em andamento e tratar da destinação e fiscalização de emendas parlamentares, garantindo que os recursos públicos estejam sendo aplicados de forma adequada e alinhada ao desenvolvimento social e econômico da região. A presença institucional reforça o compromisso do mandato com a transparência, participação social e atendimento às necessidades dos municípios do Estado, conforme processo nº 100.047.000286/2026-89.

Nome	Cargo	Lotação
ANA JÚLIA BATISTA DE QUEIROZ	ASSESSOR DE GABINETE I	GAB. 3 SEC. DEP. EDEVALDO NEVES

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral

ATO DE DIÁRIA Nº 0897963/2026/SEC-FIN/DEP-FIN/DDIARIAS/ALERO

O **SECRETÁRIO-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA**, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Resolução nº 461, de 13 de novembro de 2019, e com o que disciplina a Resolução nº 601, de 10 de dezembro de 2024;

RESOLVE:

Conceder 04 (Quatro) diárias ao servidor abaixo relacionado, pelo deslocamento via transporte terrestre, de Porto Velho-RO / Vilhena / Colorado / Cerejeiras / Porto Velho-RO, no período de 27/09/2026 a 30/09/2026, para garantir o acompanhamento da destinação e execução de recursos parlamentares voltados ao atendimento das demandas da população de Vilhena, Colorado e Cerejeiras, contribuindo para a melhoria dos serviços públicos e o fortalecimento das ações desenvolvidas na região conforme processo nº 100.061.000229/2026-11.

Nome	Cargo	Lotação
IAN CARLOS GIANINI BARBOSA SILVA	ASSESSOR DE EMENDAS PARLAMENTARES	GABINETE DEPUTADO RIBEIRO DO SINPOL

Porto Velho, 28 de setembro de 2026.

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário-Geral



CONTABILIDADE

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2º QUADRIMESTRE DE 2026.

RGF - ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)														INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
	LIQUIDADAS														
	set/25	out/25	nov/25	dez/25	jan/26	fev/26	mar/26	abr/26	mai/26	jun/26	jul/26	ago/26	TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	R\$ 30.651.140,56	R\$ 30.319.452,29	R\$ 32.032.543,87	R\$ 54.032.504,39	R\$ 30.276.730,90	R\$ 32.053.137,30	R\$ 31.716.455,26	R\$ 33.540.642,55	R\$ 33.584.275,97	R\$ 33.818.570,83	R\$ 37.038.518,34	R\$ 34.417.239,84	R\$ 413.481.212,10	R\$ 25.662.038,06	
Pessoal Ativo															
Vencimentos e Vantagens	R\$ 17.520.523,69	R\$ 18.151.166,98	R\$ 19.127.609,34	R\$ 32.727.773,54	R\$ 18.792.235,69	R\$ 19.538.300,13	R\$ 18.989.949,68	R\$ 19.314.549,26	R\$ 19.441.972,16	R\$ 19.799.427,91	R\$ 19.053.407,03	R\$ 20.010.133,48	R\$ 242.467.048,89		
Obrigações Patronais e Contribuições Previd. Iperon	R\$ 2.885.252,02	R\$ 2.914.834,44	R\$ 2.943.337,30	R\$ 5.279.650,46	R\$ 2.971.510,23	R\$ 2.983.466,21	R\$ 2.989.186,65	R\$ 2.983.027,01	R\$ 3.010.761,80	R\$ 3.080.852,84	R\$ 3.074.975,64	R\$ 3.251.539,21	R\$ 38.368.393,81	R\$ 22.212,50	
	R\$ 451.104,91	R\$ 465.114,37	R\$ 477.095,71	R\$ 952.141,02	R\$ 489.189,16	R\$ 489.912,68	R\$ 482.910,72	R\$ 531.662,11	R\$ 518.406,01	R\$ 500.219,49	R\$ 514.709,36	R\$ 517.109,02	R\$ 6.389.574,56		
Outras despesas Variáveis	R\$ 7.400,00	R\$ 5.770,83	R\$ 2.090,66	R\$ 1.493,33			R\$ 733,34		R\$ 1.493,33		R\$ 7.698,00	R\$ 1.936,00	R\$ 28.615,49		
Despesas de Ex. Anteriores					R\$ 142.273,83								R\$ 142.273,83		
Indenizações e restituições trabalhistas	R\$ 1.266.236,46	R\$ 683.044,25	R\$ 881.904,17	R\$ 1.227.357,39	R\$ 476.256,80	R\$ 723.287,96	R\$ 653.114,97	R\$ 1.253.621,09	R\$ 1.721.821,74	R\$ 1.447.353,99	R\$ 1.108.036,28	R\$ 1.172.048,28	R\$ 12.614.083,38	R\$ 25.010.576,41	
Ressarcimento de pessoal requisitado	R\$ 1.744.733,26	R\$ 1.067.141,72	R\$ 1.559.990,93	R\$ 2.990.108,47		R\$ 863.199,47	R\$ 1.144.316,17	R\$ 1.308.103,90	R\$ 1.053.719,93	R\$ 1.157.560,79	R\$ 1.626.286,76	R\$ 1.650.177,67	R\$ 16.165.339,07	R\$ 629.249,15	
Pessoal Inativo e Pensionistas															
Aposentadorias, Reservas e Reformas	R\$ 6.636.791,66	R\$ 6.893.281,14	R\$ 6.901.417,20	R\$ 10.575.783,06	R\$ 7.266.166,63	R\$ 7.315.872,29	R\$ 7.317.145,17	R\$ 8.010.580,62	R\$ 7.697.002,44	R\$ 7.694.057,25	R\$ 11.514.306,71	R\$ 7.675.197,62	R\$ 95.497.601,79		
Pensões	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 278.197,12	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 139.098,56	R\$ 1.808.281,28		
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	R\$ 8.357.738,39	R\$ 8.380.903,19	R\$ 9.405.361,96	R\$ 12.743.491,23	R\$ 8.407.153,64	R\$ 9.526.930,70	R\$ 8.800.652,67	R\$ 10.250.389,49	R\$ 10.568.076,93	R\$ 10.293.982,53	R\$ 13.028.714,62	R\$ 9.330.400,56	R\$ 119.093.795,91	R\$ 25.010.576,41	
Verbas Indenizatórias (Lic. Prêmio Ind., Férias Ind. Abono Férias)	R\$ 454.710,27	R\$ 804.577,80	R\$ 1.622.040,59	R\$ 940.350,78	R\$ 664.730,21	R\$ 1.487.770,45	R\$ 830.392,53	R\$ 986.187,78	R\$ 1.149.252,75	R\$ 1.152.571,29	R\$ 406.371,63	R\$ 483.154,66	R\$ 10.982.110,74		
Indenizações e Restituições Trabalhistas	R\$ 1.266.236,46	R\$ 683.044,25	R\$ 881.904,17	R\$ 1.227.357,39	R\$ 476.256,80	R\$ 723.287,96	R\$ 653.114,97	R\$ 1.253.621,09	R\$ 1.721.821,74	R\$ 1.447.353,99	R\$ 1.108.036,28	R\$ 1.172.048,28	R\$ 12.614.083,38	R\$ 25.010.576,41	
Inativos e Pensionistas - Recursos Vinculados	R\$ 6.636.791,66	R\$ 6.893.281,14	R\$ 6.901.417,20	R\$ 10.575.783,06	R\$ 7.266.166,63	R\$ 7.315.872,29	R\$ 7.317.145,17	R\$ 8.010.580,62	R\$ 7.697.002,44	R\$ 7.694.057,25	R\$ 11.514.306,71	R\$ 7.675.197,62	R\$ 95.497.601,79		
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	R\$ 22.293.402,17	R\$ 21.938.549,10	R\$ 22.627.181,91	R\$ 41.289.013,16	R\$ 21.869.577,26	R\$ 22.526.206,60	R\$ 22.915.802,59	R\$ 23.290.253,06	R\$ 23.016.199,04	R\$ 23.524.588,30	R\$ 24.009.803,72	R\$ 25.086.839,28	R\$ 294.387.416,19	R\$ 651.461,65	
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL								VALOR		% SOBRE A RCL					
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)								R\$ 17.357.719.794,32							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais (V) (§ 13, art. 166 da CF) (V)								R\$ 6.626.993,00							
(-) Transferências obrigatórias da União relativas às emendas de bancada, art. 166 da CF, par. 16, CF (VI)								R\$ 2.000.000,00							
(=) RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)								R\$ 17.349.092.801,32							
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III.a + III.b)								R\$ 295.038.877,84		1,70					
LIMITE MÁXIMO VIII (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)								R\$ 340.042.218,91		1,96					
LIMITE PRUDENCIAL (IX)=(0,95 x VIII) (parágrafo único, art. 22 da LRF)								R\$ 323.040.107,96		1,86					
LIMITE DE ALERTA (X)=(0,90 x VIII) (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF)								R\$ 306.037.997,02		1,76					

FONTE: SIGEF/RO, DIVER PORT, Portal da Transparência do Gov. do Estado de Rondônia, posição em 31/08/2026

NOTAS EXPLICATIVAS:

- Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais – Relatório de Gestão Fiscal, Edição 2025, (pág. 512), considerar as despesas com pagamento de abono pecuniário de férias bem como despesas com rescisão de contrato (férias vencidas e proporcionais, 13º salário proporcional e outras) como despesa bruta de pessoal, o entendimento jurisprudencial do Superior Tribunal de Justiça - STJ por meio da Súmula 386 é no sentido que tal verba tem caráter indenizatório, razão pela qual, inclusive, não incide encargos previdenciários e tão pouco IRRF sobre elas. No mesmo sentido, foi firmado o entendimento no Parecer Prévio PPL-TC00049/20 referente ao Processo 00641/20 (Consulta) do Tribunal de Contas de Rondônia, dessa forma, tais valores foram considerados de caráter indenizatório para fins de apuração do limite de despesas com pessoal.

- Os inativos e pensionistas com recursos vinculados da ALE/RO são custeados pelo IPERON, enquadrando-se no que prevê item 04.01.02.02 do MDF 2025 - 15ª Edição.

- RPNP inscritos em 31/12/2025 no valor de R\$ 25.857.816,89 dos quais R\$ 25.010.576,41 correspondem a despesas com indenizações e restituições trabalhistas. Em 2026 foram cancelados RPNP no montante de R\$ 195.778,83.

HENRY WHITMANN GILLBERT DIAS MIRA
Gerente de Contabilidade e Accountability
Contador - CRC RO 004929-O

GUILHERME MARCEL GAIOTTO JAQUINI
Secretário Geral

ALEX MEDONÇA ALVES
Deputado Presidente

GUSTAVO DA CUNHA SILVEIRA
Controlador Geral